



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PESCA
CURSO DE ENGENHARIA DE PESCA**

MERCIA OLIVEIRA DE SOUSA

**ASSENTAMENTOS RURAIS CEARENSES: A REALIDADE DO LAGOA DO
CAPIM**

**FORTALEZA
2018**

MERCIA OLIVEIRA DE SOUSA

**ASSENTAMENTOS RURAIS CEARENSES: A REALIDADE DO LAGOA DO
CAPIM**

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Engenheiro de Pesca.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima

Coorientador: Eduardo Rodrigues de Sousa Neto

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S697a Sousa, Mercia Oliveira de.
Assentamentos Rurais Cearenses : A Realidade do Lagoa Do Capim / Mercia Oliveira de
Sousa. – 2018.
83 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro
de Ciências Agrárias, Curso de Engenharia de Pesca, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima.
Coorientação: Prof. Me. Eduardo Rodrigues de Sousa Neto.

1. Agricultura familiar. 2. Reforma agrária. 3. Pluriatividade. I. Título.

CDD 639.2

MERCIA OLIVEIRA DE SOUSA

**ASSENTAMENTOS RURAIS CEARENSES: A REALIDADE DO LAGOA DO
CAPIM**

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Engenheiro de Pesca.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima

Coorientador: Eduardo Rodrigues de Sousa Neto

Aprovada em 05/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Eduardo Rodrigues de Sousa Neto (Coorientador)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Prof. Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima, por ser sempre atencioso, acessível, paciente e por sua orientação, imprescindível para à realização deste trabalho.

Ao meu orientador técnico, Engenheiro Agrônomo Eduardo Rodrigues de Sousa Neto, por dedicar parte do seu tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões a este trabalho, enriquecendo ainda mais meus conhecimentos.

À Profa. Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira, pelos ensinamentos e por me fazer enxergar a importância da extensão dentro da Universidade.

Aos agricultores assentados do Lagoa do Capim, por partilhar suas vivências e fazer possível a realização deste trabalho.

Às minhas irmãs, sobrinhas e ao meu irmão, pelo apoio, paciência e compreensão.

À minha mãe Maria Iza (*In Memoriam*) e à minha irmã Maria Izabela (*In Memoriam*), pelo seu amor incondicional, por me ensinar e me fazer crescer com princípios de éticas, honestidade e respeito e, por, lá de cima, iluminar meus passos e guiar meu caminho e, ao meu pai, Francisco Moacir, pela confiança e amor incondicional e por ser minha base para toda a vida.

Aos colegas de Graduação, pela ajuda, apoio e companheirismo, em especial Filipe Eugênio, Renata Araujo, Isabela Firmeza e Samille Rodrigues, que se fizeram mais presentes em momentos específicos da minha vida acadêmica.

A todos meus amigos e amigas pessoais que de alguma forma contribuíram dando força, carinho e conselhos verdadeiros.

À Prof. Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, por ter aceitado participar da banca e pelas observações e contribuições para a melhoria deste trabalho.

E, finalmente, deixo um agradecimento especial aos estudantes das turmas de Aspectos Sociais da Agricultura (Turma 1) e de Extensão Rural (Turma 2) do semestre 2018.2, ambas do Curso de Agronomia da UFC e de responsabilidade do Professor Filipe. Esses estudantes se dedicaram e participaram diretamente do levantamento de dados no campo, por isso, muito obrigada a todos!

RESUMO

Abordando características encontradas em assentamentos rurais no estado do Ceará, esta pesquisa parte das seguintes indagações: como as famílias assentadas cearenses vêm desenvolvendo suas estratégias de reprodução socioeconômica, especialmente, no que tange às atividades agrícolas e não agrícolas? Quais as principais limitações e potencialidades presentes nesses espaços? E quem são os sujeitos envolvidos nesse processo? Na tentativa de responder essas questões, realizou-se um estudo de caso específico, no Assentamento Lagoa do Capim, situado em São Luís do Curu, Litoral Oeste do Ceará. A escolha desse assentamento se deve à presença de famílias pluriativas na localidade, ou seja, aquelas em que seus membros associam atividades agrícolas com outros ramos ou setores da economia, adotando distintas estratégias sociais e produtivas. O objetivo do trabalho é caracterizar como as famílias assentadas vêm desenvolvendo suas estratégias de reprodução socioeconômica a partir de atividades agrícolas e não agrícolas. O percurso metodológico baseou-se em um enfoque qualitativo, tendo como base o estudo de caso realizado em ambientes naturais. Para o levantamento de dados foram realizadas visitas ao assentamento, com a finalidade de entrevistar os representantes de cada família, e os resultados da pesquisa foram discutidos subjetivamente. Observou-se que, mesmo com o problema de escassez de água na área, as principais atividades desenvolvidas pelos agricultores são o plantio de milho, de feijão e de algumas fruteiras nos quintais produtivos. As famílias são de origem rural, beneficiárias de programas sociais e com alguma incidência de aposentados entre seus membros. Muitos dos seus indivíduos, especialmente os mais jovens, trabalham fora das propriedades em atividades agrícolas ou não agrícolas, para o complemento da renda familiar. Entre as atividades não agrícolas prevalecem àquelas ligadas ao comércio local, à terceirização ou prestação de serviços em outras propriedades e à informalidade, pela venda da força de trabalho no meio rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Pluriatividade. Reforma agrária.

ABSTRACT

On the basis of the characteristics found in rural settlements in the state of Ceará, this research is based on the following questions: how are seated families in Ceará developing their strategies of socioeconomic reproduction, especially in agricultural and non-agricultural activities? What are the main limitations and potentialities present in these spaces? And who are the subjects involved in this process? In an attempt to answer these questions, a specific case study was carried out in the Lagoa do Capim settlement, located in São Luís do Curu, in the west coast of Ceará. The choice of this settlement is due to the presence of pluriactive families in the locality, that is, those in which its members associate agricultural activities with other branches or sectors of the economy, adopting different social and productive strategies. The objective of this work is to characterize how settled families have been developing their strategies of socioeconomic reproduction from agricultural and non-agricultural activities. The methodological course was based on a qualitative approach, based on the case study carried out in natural environments. For the data collection, visits were made to the settlement, with the purpose of interviewing the representatives of each family, and the results of the research were subjectively discussed. It was observed that, even with the problem of water scarcity in the area, the main activities developed by the farmers are the planting of corn, beans and some fruit trees in productive farms. The families are of rural origin, beneficiaries of social programs and with some incidence of retirees among its members. Many of their individuals, especially the younger ones, work off-farm in agricultural or non-agricultural activities to supplement family income. Among non-agricultural activities, those related to local commerce, outsourcing or services in other properties and to informality by the sale of the workforce in rural areas prevail.

Keywords: Family Farming. Pluriactivity. Land reform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do estado do Ceará com destaque para São Luís do Curu	23
Figura 2 - Criação de animais do Assentamento Lagoa do Capim	34
Figura 3 - Cisternas do Assentamento Lagoa do Capim	35
Figura 4 - Associação Boa Esperança do Assentamento Lagoa do Capim	42
Figura 5 - Fluxograma da UPA1 do Lagoa do Capim	44
Figura 6 - Fluxograma da UPA2 do Lagoa do Capim	48
Figura 7 - Fluxograma da UPA3 do Lagoa do Capim	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População de São Luís do Curu 1991/2000/2010	23
Tabela 2 - Dados do PIB total, <i>per capita</i> e setorial – 2015, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - 2010 e o Índice de Desenvolvimento Humano- Municipal (IDM) - 2016 de São Luís do Curu	24
Tabela 3 - Dados sobre a pecuária, culturas temporárias, culturas permanentes – 2017 de São Luís do Curu	25
Tabela 4 - Identificação do núcleo familiar da UPA1 do Lagoa do Capim	41
Tabela 5 - Produção vegetal da UPA1 do Lagoa do Capim	43
Tabela 6 - Produção animal da UPA1 do Lagoa do Capim	43
Tabela 7 - Manejo do solo para o plantio da UPA1 do Lagoa do Capim	44
Tabela 8 - Manejo da produção animal da UPA1 do Lagoa do Capim	45
Tabela 9 - Identificação do núcleo familiar da UPA2 do Lagoa do Capim	46
Tabela 10- Produção vegetal da UPA2 do Lagoa do Capim	46
Tabela 11 - Produção animal da UPA2 do Lagoa do Capim	47
Tabela 12 - Manejo do solo para o plantio da UPA2 do Lagoa do Capim	48
Tabela 13 - Manejo da produção animal da UPA2 do Lagoa do Capim	49
Tabela 14 - Identificação do núcleo familiar da UPA3 do Lagoa do Capim	50
Tabela 15 - Produção vegetal da UPA3 do Lagoa do Capim	51
Tabela 16 - Produção animal da UPA3 do Lagoa do Capim	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADSA	Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários
ALC	Assentado Lagoa do Capim
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
Cagece	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
Enel	Companhia Energética do Ceará
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
FAISA	Fortaleza Agroindústria S.A
ha	hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PIB	Produto Interno Bruto
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PQRA	Pesquisa Qualidade de Vida na Reforma Agrária
s.d	Sem Data
UFC	Universidade Federal do Ceará
UPAs	Unidades de Produção Agrícola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Objetivos	13
Objetivo geral	13
Objetivos específicos	13
Plano da monografia	13
CAPÍTULO 1 – REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS	14
CAPÍTULO 2 – ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
2.1 Área de estudo	22
2.2 Métodos de análise	25
CAPÍTULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
SEÇÃO 1: CARACTERIZANDO O ASSENTAMENTO LAGOA DO CAPIM	28
SECÃO 2: AS UPAS DO ASSENTAMENTO LAGOA DO CAPIM	40
Upa 1 do Lagoa do Capim	40
Upa 2 do Lagoa do Capim	45
Upa 3 do Lagoa do Capim	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICES	59
ANEXOS	81

INTRODUÇÃO

Esta monografia aborda, a partir de uma realidade particular, características encontradas em assentamentos rurais no estado do Ceará. Partiu-se da premissa, neste estudo, que o desenvolvimento desses espaços pode ser afetado por situações socioeconômicas, produtivas e ambientais e, ainda, pelas condições climáticas em algumas microrregiões do estado.

Observa-se, por exemplo, que assentamentos situados no litoral cearense têm menores dificuldades no acesso à água, existindo poços artesianos com poucos metros de profundidade, lagoas perenes que se formam em meio às dunas e, dependendo das comunidades, tais características podem permitir que os agricultores produzam durante todo o ano. Por outro lado, a maioria dos assentamentos que ficam no Sertão depende diretamente do regime das chuvas para produzir alimentos e, quando termina o período chuvoso, a tendência é uma queda na qualidade de vida das famílias assentadas, por dependerem, basicamente, dos programas sociais.

Com as dificuldades presentes, algumas famílias assentadas vêm recorrendo à pluriatividade no meio rural, entendida como um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER, 2009a). Na pluriatividade, membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural exercem diferentes atividades, optando pelo exercício de atividades não agrícolas, mas, residindo no campo e mantendo uma ligação produtiva com a agricultura e o espaço rural (SCHNEIDER, 2009b).

Diante dessas circunstâncias em que podem estar inseridos alguns assentamentos rurais do Ceará, surgem as seguintes indagações: como as famílias assentadas do estado vêm desenvolvendo suas estratégias de reprodução socioeconômica, especialmente no que tange às atividades agrícolas e não agrícolas? Quais as principais limitações e potencialidades presentes nesses espaços? E quem são os sujeitos envolvidos nesse processo?

Na tentativa de responder essas questões, realizou-se um estudo de caso específico, no Assentamento Lagoa do Capim, situado em São Luís do Curu, Litoral Oeste do Ceará. A escolha desse assentamento se deve à presença de famílias pluriativas na localidade, ou seja, aquelas em que seus membros associam atividades agrícolas com outros ramos ou setores da economia, adotando distintas estratégias

sociais e produtivas, fato observado mediante uma pesquisa exploratória realizada previamente.

Diante do exposto, a importância deste trabalho está na possibilidade de compreender as estratégias voltadas para o desenvolvimento da comunidade assentada, através de uma descrição dos aspectos socioeconômicos e produtivos das unidades de produção agrícola (UPAs) do assentamento. Além disso, é possível traçar um perfil dessa comunidade, apresentando os meios de produção e as atividades presentes na geração de renda das famílias.

Objetivos

Objetivo geral

Tendo como referência o Assentamento Lagoa do Capim, este trabalho tem como objetivo geral caracterizar como as famílias assentadas vêm desenvolvendo suas estratégias de reprodução socioeconômica a partir de atividades agrícolas e não agrícolas.

Objetivos específicos

- Descrever os aspectos socioeconômicos e produtivos relacionados às unidades de produção agrícola (UPAs) do Assentamento Lagoa do Capim;
- Apresentar as principais atividades agrícolas e não agrícolas praticadas no assentamento;
- Traçar um perfil das famílias assentadas, evidenciando os limites e potencialidades presentes no caso em questão.

Plano da monografia

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho é composto por mais três capítulos. No primeiro, é realizada uma revisão de literatura sobre reforma agrária e assentamentos rurais. No segundo capítulo é situada a área de estudo, os procedimentos metodológicos e os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa de campo. O capítulo 3 está subdividido em duas seções e é dedicado aos resultados e discussão, em que é feita a caracterização do assentamento e a descrição e representação de algumas de suas UPAs.

CAPÍTULO 1 – REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS

A reforma agrária no Brasil é um tema que provoca muitas discussões. Esse instrumento de política agrária possibilita, a partir da desapropriação de imóveis rurais, a distribuição de áreas a agricultores sem terra, visando reduzir a concentração fundiária e conceder às famílias assentadas os meios básicos para a produção de alimentos e a sobrevivência no campo.

A reforma agrária, atualmente, está prevista na Constituição Federal de 1988 e é regulamentada pela Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que determina a desapropriação de imóveis rurais que não cumprem sua função social (BRASIL, 1993). Os imóveis assim desapropriados são destinados a famílias de agricultores sem terras que passam a explorá-los, com base na mão de obra familiar e mediante títulos provisórios outorgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é quem concede o direito de uso dos lotes agrícolas. Enquanto não for concedido o título definitivo de propriedade do lote à família assentada, a terra pertence ao Incra, não podendo ser vendida ou negociada.

O Incra, vale ressaltar, é o órgão federal responsável pela execução da reforma agrária no país, assim como pelo cadastro de imóveis rurais e pela administração de algumas das terras públicas da União. A atuação administrativa desse órgão é pautada, dentre outros instrumentos, pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que estabelece as diretrizes a serem observadas no gerenciamento do instrumento da reforma agrária.

Para se tornar beneficiário da política de reforma agrária alguns critérios são exigidos. Em linhas gerais, pode-se dizer que é necessário que as famílias não tenham condições econômicas de adquirir e manter um imóvel rural. Além disso, elas devem se enquadrar em uma das seguintes categorias: agricultores ou agricultoras adultas; sem terra; posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário; proprietários de imóveis rurais cuja propriedade não seja maior que um módulo rural do município¹ (BRASIL,

¹ Para Medeiros (2003), módulo rural constitui-se numa unidade de medida que exprime a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições de seu aproveitamento. Corresponde, assim, à área necessária para prover a subsistência de uma família. Além disso, informação disponível no sítio eletrônico do Incra faz uma distinção entre módulo rural e módulo fiscal. Segundo essa informação, o primeiro conceito refere-se a cada imóvel rural específico, e sua área reflete o tipo de exploração predominante na gleba, segundo sua região de localização. Já módulo fiscal seria estabelecido para cada município, refletindo a área mediana dos módulos rurais dos imóveis nele situados (INCRA, 2008). Ainda segundo documento disponível no endereço eletrônico do Incra, o módulo fiscal de São Luís do Curu equivale a 50 ha (INCRA, 2013).

2005).

Ao longo da história da agricultura brasileira, uma grande concentração de terras ficou nas mãos de poucos. No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), apesar de haver simpatia com a ideia da desconcentração de terras, ela somente foi anunciada nas áreas de fronteiras, predominando, nas demais regiões, o poder dos grandes proprietários (CARTER, 2010, p. 117).

Já durante o regime militar, como assinalam Leite et al. (2004, p. 39), prevaleceu, inequivocamente, a vertente do desenvolvimento agrícola em detrimento da reforma agrária preconizada no Estatuto da Terra. Isso demonstra que as políticas do governo militar estavam voltadas para a modernização do latifúndio, cuja estratégia de desenvolvimento adotada, baseada na exportação de produtos agrícolas e agroindustriais, era essencial para a geração de divisas. Dessa forma, a manutenção dos grandes latifúndios ocasionou conflitos por terra e a saída de camponeses de seus lugares de origem.

Nesse contexto, conforme ressalta Fernandes (2003), os camponeses não se apropriavam de parte da riqueza produzida com seu trabalho, o qual era necessário para seu desenvolvimento econômico, levando ao êxodo rural das famílias e gerando a concentração de renda e da propriedade nas mãos dos capitalistas. Fragilizadas dessa forma, uma estratégia possível para que essas famílias de camponeses se tornassem mais visíveis e pudessem reivindicar seus direitos era a sua inserção em movimentos sociais ou organizações populares. Nesses espaços era possível alcançar uma maior visibilidade pública e, assim, tornar mais factível que os resultados das pressões pudessem começar a aparecer.

Uma das principais pautas dos movimentos sociais do campo sempre foi a efetivação de uma política de reforma agrária, simbolizada pela criação de assentamentos. Além disso, na visão desses movimentos sociais, os assentamentos são concebidos, fundamentalmente, a partir de ocupações ou de resistência na terra. Nesse sentido, a partir de uma abordagem social, pode-se dizer que os assentamentos rurais são o resultado da pressão que os movimentos sociais fazem em prol do trabalhador rural sem terra em busca de uma condição digna de sobrevivência.

Falando sobre a pressão dos movimentos sociais pela execução da política de reforma agrária, Salvador (1998, p.13) analisa que, para os trabalhadores rurais que reivindicam o acesso à terra, os assentamentos são instrumentos usados na

construção de um processo sociopolítico na luta pela reforma agrária, a fim de alcançar direitos sociais e cidadania.

Vale dizer, nessa linha, que uma parcela da população marginalizada e sem maiores perspectivas socioeconômicas e produtivas enxerga na oportunidade de aquisição da terra uma forma de inserção na dinâmica econômica regional, a fim de melhorar sua qualidade de vida, podendo essas famílias ser tanto de origem urbana como rural (FERNANDES, 2003). Assim, os assentamentos são espaços onde famílias camponesas vivem, moram e estudam, visando garantir um futuro melhor à população presente nessas áreas (MST, 2010, p. 19).

Levando-se em consideração a abordagem oficial, por sua vez, pode-se afirmar que no Brasil o assentamento rural vem sendo caracterizado como um conjunto de unidades de produção independentes entre si, em áreas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário (INCRA, s.d.). Para tanto, apresentando as diretrizes a serem observadas no assentamento de famílias em áreas de reforma agrária, a Norma de Execução Incra nº 45, de 25 de agosto de 2005, orienta que as famílias devam ser priorizadas com base em critérios que levam em consideração as condições de habitação ou moradia, saúde, insuficiência de renda, falta de acesso à educação, ou através de outros indicadores sociais, tais como, aspectos demográficos, trabalho e rendimento, educação e condições de vida (BRASIL, 2005). Observados esses critérios, as famílias selecionadas têm sua condição de assentada homologada, o que se traduz como o ato formal de aprovação do candidato. O conjunto de famílias homologadas em determinada área específica caracteriza o assentamento rural.

Outro aspecto relevante é que os assentamentos sob a gestão do Estado podem ser divididos de forma genérica em dois grupos: os criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, e aqueles implantados por instituições governamentais e reconhecidos também pelo Incra (INCRA, s.d.). Mesmo com todas as limitações e dinâmicas, esses espaços permitem criar novas estratégias na produção agrícola familiar, gerando alternativas econômicas para quem antes eram considerados marginalizados e excluídos socialmente.

Essas novas unidades de produção interferem na realidade local ou regional, estabelecendo outros padrões sociais na produção agrícola e criando novas dinâmicas econômicas e sociais (BERGAMASCO; NORDER, 1996; MEDEIROS; SOUSA; ALENTEJANO, 2002; MARTINS, 2003).

Para Carvalho (1999), os assentamentos rurais, além de serem frutos de um ato administrativo que limita os territórios, beneficiam famílias, por meio da criação de um novo espaço geográfico e uma nova forma de organização social. Nessa mesma linha, Maniglia (2009, p. 234) diz que os assentamentos provocam mudanças socioeconômicas na região onde são implantados, por serem capazes de aumentar a produção interna e fazendo com que as comunidades aumentem sua própria renda e sua segurança alimentar.

O fato é que, segundo Leite et al. (2004, p. 13), com a chegada desses assentamentos, mudam a perspectiva tanto para os recém-chegados como para os moradores locais. Isso porque, na maioria dos casos, esses espaços foram consolidados através de conflitos decorrentes de ocupações, causando certo desconforto para as pessoas que vivem próximas a esses locais. No entanto, a partir de um momento passam a gerar trabalho e renda por meio de atividades agrícolas e não agrícolas, reposicionando-se na dinâmica local ou regional, conforme abordado no trecho a seguir:

A lógica econômica que fundamenta as estratégias de reprodução familiar não passa exclusivamente pela ótica produtiva. Como vimos, as famílias assentadas lançam mão de uma série de recursos que envolvem atividades produtivas e serviços, dentro e fora do lote, resultando em mecanismos de reprodução familiar nem sempre presos à dimensão econômico-produtiva (agrícola ou não) [...]. Nesse sentido, as especificidades de uma agricultura familiar tal como configurada nos assentamentos rurais devem ser ressaltadas, permitindo que exploremos a base social, econômica e política da qual essas famílias se valem para alcançar determinados objetivos [...]. Apesar disso, a dimensão produtiva agropecuária é importante e, como veremos, acaba contribuindo decisivamente para a inserção dos assentados como produtores no universo regional, transformando-o. (LEITE et al., 2004, p. 148).

Vale ressaltar, ainda, que essa população, que vivia à margem do desenvolvimento socioeconômico, passa, através dos assentamentos e da conquista da terra, a produzir cultivos regionais de subsistência. Nesse contexto, Neves (1999, p. 8) afirma que o assentamento constitui uma unidade social local onde, a partir da vivência de experiências comuns, se constroem identidades de pertencimento.

Para Wanderley (2003), após o agricultor assumir a condição de assentado, gera-se a expectativa das famílias para que elas possam produzir e tornar-se economicamente viável, e sair da situação difícil em que viviam anteriormente, fazendo com que passem de uma situação de isolamento social e exclusão do

mercado, para outra realidade, de integração social e econômica junto à sociedade.

Não é somente com a aquisição do lote, no entanto, que os problemas dos assentados são resolvidos. Ainda é necessária a busca pela viabilidade econômica, contando especialmente com o papel do Estado, para que essas áreas possam ter uma eficácia produtiva. Como afirma Dias (2004, p. 502), na maioria dos casos a integração econômica torna-se objetivo principal da intervenção estatal. Além do mais, essas famílias assentadas terão que lidar com uma realidade nova, com a qual não estão acostumados. Nos dizeres de Salvador (1998, p. 22), são agricultores que antes eram tratados como mera mercadoria de baixo valor e agora passam a ser assentados, donos de meios de produção, um dos quais é a terra.

Considerando esses aspectos, Fernandes (2003, p.12) afirma que os assentamentos são espaços de inclusão social por ser a forma que o trabalhador rural encontrou para substanciar seus desejos e anseios de produzirem em sua própria terra, e, também, alterarem o padrão já consolidado de propriedade rural, cuja lógica perpassa a grande concentração de terra nas mãos de poucos. Nessa nova conformação social, em que o agricultor passa a ser visto como assentado, o impacto da chegada desses assentamentos é importante, pois possibilita a transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena (LEITE; MEDEIROS, 2004, p. 24).

Pode-se afirmar, assim, que esses pequenos agricultores veem na conquista de seu lote uma forma de mudança e melhoria na qualidade de vida. Nessa linha, Sparovek e França (2005, p. 18) dizem que os assentados de hoje são os acampados de ontem, aqueles que, sem emprego no campo, tiveram que vender suas terras ou migrar para a periferia das cidades.

A partir do momento que assumem a condição de assentadas, essas famílias desejam passar da condição de coadjuvantes a protagonistas do processo produtivo. Com esse intuito, essas famílias, em geral, reafirmam a importância de participar de organizações camponesas, na tentativa de obter respostas concretas para suas reivindicações, principalmente no que tange às políticas públicas para o trabalhador no campo. Isso porque, muitas vezes, a efetivação dessas políticas ocorre somente a partir da reivindicação de organizações populares que lutam a favor das famílias assentadas, pressionando o Estado por resultados efetivos. Sem essas organizações, as pautas requeridas por essas famílias seriam, provavelmente, mais difusas e, conseqüentemente, a pressão teria um impacto menor, dificultando a capacidade de

sensibilização da administração pública, ou seja, do Estado. Por tudo isso, Neves (1999, p. 6) entende que o processo de construção do indivíduo oficialmente dono de seu lote de terra, ou seja, o parceleiro, está baseado, fundamentalmente, na transversalidade de relações e de interferências institucionais.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à diversidade dos assentamentos no Brasil. Assim, quando se fala que nossa nação é um país continental não está se referindo apenas às dimensões espaciais, mas, também, às diferenças geográficas. Essas variações nos aspectos geográficos influenciam, também, nas características dos assentamentos, desde a sua forma de concepção, passando pelo modo de vida até a forma de escoamento da produção.

Nesse sentido, Leite et al. (2004) observam que as origens e características dos assentamentos variam de acordo com os contextos históricos nos quais se inserem essas unidades de produção. Ainda sobre esse aspecto, Carter (2010, p. 74) pondera que os assentamentos da reforma agrária diferem muito em termos de localização geográfica, tamanho, composição familiar, níveis de desenvolvimento econômico, conscientização política e recursos culturais.

Essas diferenças geográficas se tornam relevantes, inclusive, no processo de formação dos assentamentos. Nesse sentido, Fernandes (2003, p. 15) assevera que, levando em consideração as especificidades regionais e locais, as ocupações são responsáveis pelo aumento dos assentamentos no Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, enquanto na região Norte esse aumento relaciona-se mais com a regularização fundiária das terras de posseiros.

Além dos aspectos regionais, as realidades distintas entre os assentamentos podem ser vistas até dentro de um mesmo estado, a partir da influência de características com o clima e o solo. Dessa forma, assentamentos situados no litoral têm uma dinâmica diferente dos situados em regiões áridas, o que se justifica, por exemplo, pela diferença na disponibilidade de água entre esses dois espaços. Enquanto no litoral há abundância de água, e maior possibilidade de êxito na instalação de poços artesianos, as regiões áridas são caracterizadas pela escassez de água, fator de fundamental importância não apenas para essas comunidades, mas para qualquer setor.

Assim, comunidades onde tem maior disponibilidade, ou facilidade no acesso, dos recursos e insumos necessários à dinâmica produtiva tendem a ser, geralmente, mais desenvolvidas do que aquelas onde esses recursos são escassos. Esse aspecto

é tão relevante que, dentro de um contexto histórico, Silva, Lima e Jota (2016) entendem que a questão climática influencia no desenvolvimento agropecuário, principalmente no que concerne à concentração e uso da terra, favorecendo a uma minoria mais capitalizada. Nesse mesmo entendimento, em relação às diferenças regionais, há de se levar em conta também as características dos espaços de produção.

A caracterização do espaço de produção agrícola envolve questões muito diversas. Por um lado, os recursos naturais têm influência direta sobre a aptidão das terras. A qualidade dos solos, as características do relevo, o clima (quantidade e distribuição da precipitação, quantidade de radiação na superfície terrestre, temperaturas máxima, mínima e média) e a disponibilidade de recursos hídricos (quantidade, qualidade, localização e custo de bombeamento da água de aquíferos, rios, açudes, represas, lagos e poços) são as características essenciais. Essas definem as espécies que podem ser cultivadas, sua produtividade, a tecnologia, o custo de obtenção da produção e o risco de frustração das safras por acidentes climáticos. O conjunto desses fatores é designado de aptidão das terras. As características regionais e de infraestrutura (energia elétrica; rodovias, ferrovias e hidrovias; a remuneração e o volume de oferta de trabalho; as condições para armazenamento da produção; a proximidade e a dinâmica do mercado consumidor e fornecedor; os valores culturais; o preço e a dinâmica do mercado de terras) vão moldar os sistemas de produção (aqueles aptos) e definir a dinâmica e a forma como a produção é realizada. Para uma mesma espécie, a maneira de produzir varia não apenas em função do solo e do clima. As características regionais também influenciam as opções e decisões dos agricultores. (SPAROVEK et al., 2005, p. 20 e 21).

Percebe-se, assim, que muitas variáveis influenciam na dinâmica das comunidades assentadas, como pode ser visto até dentro de uma mesma unidade federativa. Logo, na visão dos autores citados acima, não se pode definir esses espaços como um só, sem levar em consideração as suas especificidades, sendo preciso ter uma visão mais detalhada dessas variáveis para definir ações específicas de intervenção.

Cada região, naturalmente, apresenta suas particularidades, relacionadas aos aspectos socioeconômicos, institucionais, ambientais, dentre outros. Os dados da Pesquisa Qualidade de Vida na Reforma Agrária (PQRA), realizada pelo Incra em 2010, mediante a aplicação de 16.153 entrevistas distribuídas em 1.164 assentamentos por todo o Brasil, revelaram alguns indicadores socioeconômicos dos assentamentos do Ceará, foco de interesse desta pesquisa.

Considerando a localização geográfica do estado, situado no Nordeste do país, a maior parte de sua área é abrangida pela região semiárida, com baixo índice

pluviométrico e chuvas irregulares, além de a maioria dos solos serem classificados como salinos. Embora essas características não sejam as mais propícias para o desenvolvimento da agricultura, os dados da PQRA (2010) demonstraram que foi possível produzir mesmo em condições adversas. Logo, os dados permitiram ter uma noção de como anda o desenvolvimento das principais atividades agropecuárias geradoras de renda para os assentados no estado do Ceará.

Uma dessas atividades desenvolvidas no Ceará e, conforme a PQRA (2010), nos assentamentos do estado, é a bovinocultura. Assim, somente no ano de 2012, o efetivo de animais em todo estado foi de 2.714.713 cabeças, e a produção de leite de vaca no mesmo ano foi de 461.662 mil litros (IPECE, 2012). Enquanto isso, o número de produtores de leite nos assentamentos do Ceará foi de 4.651 produtores e a renda, em torno de R\$ 4.758. Já em relação aos cultivos vegetais merece destaque a produção de feijão, tendo sido produzidas 207.246 toneladas do grão em todo o estado, apresentando como base a produção agrícola no ano de 2012 (IPECE, 2012). Já nos assentamentos pesquisados, nessa cultura, foram 17.181 produtores, gerando R\$ 4.912 de renda anual.

Outra informação relevante extraída da PQRA (2010) diz respeito à distribuição percentual das famílias por faixa de renda. Dos assentados do Ceará, apenas 2,83% ganham mais do que cinco salários mínimos. A situação se agrava quando se refere às famílias que ganham até 0,5 salários mínimos, quando esse percentual sobe para 27,03%. Outro aspecto que não pode ser desconsiderado ao se falar em composição da renda é a importância dos programas sociais para esses agricultores. Segundo a pesquisa, 44% da renda familiar nos assentamentos são oriundas dos benefícios proporcionados por esses programas.

Feita essa breve revisão da literatura que aborda considerações e estudos realizados sobre o tema do presente trabalho, apresenta-se, a seguir, o percurso metodológico delineado na monografia.

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 Área de estudo

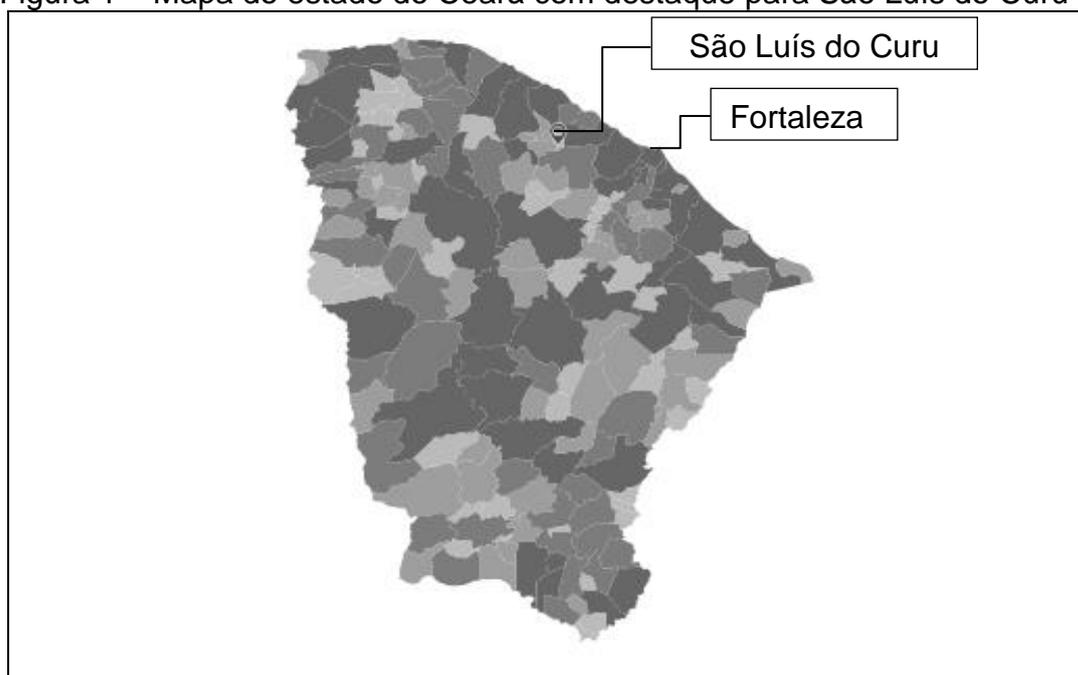
O Assentamento Lagoa do Capim é composto, na sua maioria, por antigos trabalhadores da empresa Fortaleza Agroindústria S.A. (FAISA), localizada no município de São Luís do Curu, Litoral Oeste, pertencendo a Mesorregião Norte Cearense e Microrregião Médio Curu (IPECE, 2017).

De acordo com decreto de 12 de fevereiro de 2008, a Fazenda Lagoa do Capim, propriedade que se transformou no assentamento, foi desapropriada para fins de reforma agrária através do Processo INCRA/SR-02/nº 54130.003660/2005-17, aberto em 21 de dezembro de 2006, sendo que a criação do Lagoa do Capim ocorreu em 5 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008).

Na localidade foram assentadas 13 famílias, em uma área total de 263 hectares (ha). Apesar de o assentamento não ter parcelas individuais delimitadas, cada família assentada faz jus a áreas individuais que têm, aproximadamente, 16 ha. A comunidade está organizada em uma vila ao longo da estrada que passa pelo assentamento e o abastecimento de água ocorre a partir do Rio Curu, sendo que todas as famílias possuem cisternas para captação de água da chuva. A energia é fornecida pela Companhia Energética do Ceará (Enel).

São Luís do Curu fica a 79 quilômetros de distância da capital Fortaleza (Figura 1), localizado nas coordenadas geográficas 3º 40' 12" Latitude Sul, e 39º 14' 36" Longitude Oeste, limitando-se com os municípios de São Gonçalo do Amarante e Trairi ao Norte, Pentecoste ao Sul, Pentecoste e São Gonçalo do Amarante ao Leste e Trairi e Umirim a Oeste, podendo ser acessado pela BR 222, Fortaleza/Sobral (Ceará).

Figura 1 – Mapa do estado do Ceará com destaque para São Luís do Curu



Fonte: IBGE (2017).

O município apresenta clima Tropical Quente Semiárido Brando, com período chuvoso de janeiro a abril (IPECE, 2017). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) da população é de 0,620 (PNUD/2010), ficando na 3702ª posição no ranking brasileiro. Em 2018, a estimativa da população é de 12.938 pessoas, distribuída em uma área de 122,420 Km² (IBGE, 2017).

A distribuição da população residente no município é apresentada na Tabela 1, que revela um crescimento constante em três décadas, em torno da média de 8,5% por década. É uma população com característica predominantemente urbana. Além disso, no último decênio da série histórica o número de mulheres ultrapassou o de homens.

Tabela 1 – População de São Luís do Curu 1991/2000/2010

Discriminação	População Residente					
	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	10.609	100,00	11.497	100,00	12.332	100,00
Urbana	6.934	65,36	7.384	64,23	7.961	64,56
Rural	3.675	34,64	4.113	35,77	4.371	35,44
Homens	5.382	50,73	5.780	50,27	6.142	49,81
Mulheres	5.227	49,27	5.717	49,73	6.190	50,19

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

O município faz parte da bacia hidrográfica do Curu (médio Curu). Sua economia e sua população estão vinculadas à prática agrícola, constituída em grande parte por pequenos agricultores, espalhados por todo o vale e que dependem da agricultura para sua subsistência (SOARES, 2002, p.107). Segundo a mesma autora, em toda a bacia um grande contingente populacional retira da atividade agrícola o sustento da sua família e, por conta disso, surgiram alguns conflitos por terra, o que, de alguma forma, pressiona o Estado a criar projetos de assentamento na área.

Na agropecuária do município, as culturas permanentes que se destacam são: banana, com uma produção média de 1.000 toneladas; castanha de caju, com 100 toneladas; coco baía, 750 toneladas; e manga, com 100 toneladas, tendo como base dados do IPECE (2010). Já entre as culturas temporárias, no ano de 2015, destacaram-se o feijão e o milho, com 100 toneladas cada. Na pecuária, o município está entre os que têm um efetivo de caprinos, ovinos e suínos de até 5.000 animais de cada uma das espécies. A produção de leite ficou entre 105 a 1.000 litros, a de mel de abelha, até 5.000 Kg e a de ovos de galinha, entre 9 a 250 mil dúzias (IPECE, 2015).

Os números referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) total e *per capita* e de alguns setores da economia, assim como o IDH e IDM do município de São Luís do Curu, são apresentados na Tabela 2. Nela, percebe-se que o setor de serviços tem o maior PIB quando comparado à agropecuária e à indústria.

Na atividade agrícola predominam as práticas das lavouras tradicionais de subsistência, como pode ser visto na Tabela 3, se destacando as culturas temporárias da mandioca, do feijão e do milho. As culturas permanentes que se destacam em termos produtivos são a banana, com 24 toneladas no ano de 2017, e o coco-da-baía, com 682.000 frutos no mesmo ano. Já na pecuária, a bovinocultura, a caprinocultura e a ovinocultura são atividades que geram também divisas para o município.

Tabela 2 - Dados do PIB total, *per capita* e setorial – 2015, O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - 2010 e O Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal (IDM) - 2016 de São Luís do Curu

Município	PIB total (R\$ mil)	PIB per capita (R\$ 1,00)	PIB por setor % 2015			IDH	IDM
			Agropec.	Indústria	Serviços		
São Luís do Curu	90.561	7.097	6,13	8,77	85,10	0,620	25,97

Fonte: IPECE – Perfil Municipal 2017

Tabela 3 - Dados sobre a pecuária, culturas temporárias, culturas permanentes – 2017 de São Luís do Curu

Município	Pecuária (cabeças)			Culturas temporárias (Ton/ano)			Culturas permanentes (bananaTon/ano Coco x 1.000 frutos)	
	Efetivo Bovino	Efetivo Caprino	Efetivo Ovino	Mandioca	Feijão	Milho	Banana	Coco
São Luís do Curu	2.232	1.000	800	190	315	945	24	682

Fonte: IBGE – Cidades, Produção Agrícola Municipal 2017; Produção da Pecuária Municipal 2017.

Comparando o IDH dos municípios cearenses no ano de 2010, São Luís do Curu obteve 0,620, ficando na 73ª posição (IBGE, 2010) entre os municípios do estado, enquanto que a capital Fortaleza apresentou um índice de 0,754 naquele ano, ficando na primeira posição.

2.2 Métodos de análise

Para a realização desta pesquisa, foram elaboradas algumas etapas complementares entre si. A primeira delas se refere à revisão de literatura sobre os principais temas incorporados ao trabalho, reforma agrária e assentamentos rurais. O levantamento teve como fontes livros, artigos de periódicos, teses e dissertações.

Na sequência, agora acerca do trabalho de campo, esteve delineado um estudo de caso, no assentamento rural Lagoa do Capim. O estudo de caso nesse contexto, segundo Yin (2005), é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneo. Diante da mesma perspectiva, Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) afirmam que o estudo de caso justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas que possibilitem apreender a totalidade de uma situação específica.

O contato inicial com essa realidade se deu ainda no primeiro semestre do ano de 2018, no acompanhamento das visitas de campo e aulas práticas das disciplinas de Aspectos Sociais da Agricultura e Extensão Rural, ambas do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Na ocasião, foi feita uma pesquisa exploratória no assentamento, com base em um roteiro de entrevista estruturada

(Apêndice A) e de um questionário (Apêndice B) voltado aos sistemas produtivos das famílias assentadas. Para o levantamento desses primeiros dados, utilizou-se também uma caderneta de campo e algumas entrevistas foram gravadas.

Em um segundo momento, mais especificamente em outubro de 2018, foi que ocorreu, de fato, o levantamento de dados mais direcionados aos objetivos desta monografia. No referido mês, foram realizadas novas visitas ao assentamento, com a finalidade de entrevistar os representantes de cada família da localidade. Para a ocasião, foi elaborado outro roteiro de entrevista estruturada (Apêndice C), e repetido o mesmo questionário voltado aos sistemas produtivos, dessa vez, aplicado de forma mais detalhada, de modo a possibilitar extrair elementos para uma posterior descrição de algumas de suas unidades de produção agrícola (UPAs).

As entrevistas com os representantes das famílias ocorreram nas moradias do assentamento. Além de ouvir a figura identificada como chefe de cada núcleo familiar, foi permitido que os outros membros presentes no momento das entrevistas também discorressem sobre as perguntas elaboradas. Com isso, foram ouvidos homens, mulheres, seus filhos e outros parentes presentes na propriedade. A pluralidade dos discursos e opiniões desses indivíduos foi o que embasou a construção do capítulo voltado aos resultados da pesquisa.

As falas derivadas das entrevistas foram conservadas e depois transcritas na sua íntegra, e para garantir o anonimato das pessoas, foram atribuídos códigos, expressos por letras e números, que representam os sujeitos de cada experiência. Foram, então, ouvidos representantes de treze famílias do Assentamento Lagoa do Capim, e lhe foram conferidas as letras ALC seguida da numeração de 1 a 13 para sua identificação.

Foram feitos, ainda, registros fotográficos no assentamento. A reunião de imagens somada às informações coletadas proporcionou a reprodução gráfica de determinadas UPAs, consideradas representativas para os propósitos deste trabalho. Em adição, foram elaborados croquis de áreas do assentamento (Anexos A e B), com o auxílio do *SketchUP*, *software* próprio para a criação de modelos em três dimensões.

O percurso metodológico, portanto, baseou-se em um enfoque qualitativo, tendo como foco o estudo de caso realizado em ambientes naturais. Além disso, os resultados da pesquisa, oriundos de extração dos dados sem fundamentos estatísticos, foram analisados e discutidos subjetivamente.

Para Sampieri, Collado e Lúcio (2013), a pesquisa qualitativa proporciona

profundidade aos dados, dispersão, riqueza interpretativa, contextualização do ambiente ou entorno, detalhes e experiências únicas. A coleta dos dados consiste em obter as perspectivas e os pontos de vista dos participantes da pesquisa. Segundo os mesmos autores, nos estudos qualitativos é possível desenvolver perguntas e hipóteses antes, durante e depois da coleta e da análise dos dados.

Para complementar, na etapa de levantamento de dados no campo recorreu-se ao método de Análise Diagnóstica de Sistemas Agrários (ADSA), embora que de forma pouco aprofundada, uma vez que se deu ênfase às seguintes etapas: análise da paisagem; entrevistas históricas; e caracterização dos sistemas de produção.

Situados os principais aspectos sobre o município onde o assentamento está inserido, bem como os métodos de análise incorporados na pesquisa, serão apresentados, no próximo capítulo, subdividido em duas seções, os resultados obtidos a partir dos dados coletados por meio das entrevistas e do questionário. Tais resultados buscam responder às questões levantadas na presente pesquisa, perseguindo os objetivos deste trabalho.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

SEÇÃO 1: CARACTERIZANDO O ASSENTAMENTO LAGOA DO CAPIM

No Assentamento Lagoa do Capim residem 13 famílias que praticam atividades agrícolas e dependem das águas do Rio Curu para a sua produção. Na tentativa de traçar um perfil dessas famílias, se observou que as principais atividades desenvolvidas pelos agricultores são o plantio de milho, de feijão e de algumas fruteiras nos quintais produtivos. Também ocorre a criação de animais de pequeno porte em algumas UPAs. A maioria dos residentes da localidade é composta por antigos trabalhadores da fazenda que foi desapropriada em 2008, dando origem ao assentamento.

A média de pessoas por núcleo familiar é de cinco membros, em sua maioria crianças e jovens de até 20 anos de idade. Estando a maior parte das pessoas incluídas nessa faixa etária, predomina entre eles o ensino fundamental completo como nível de escolaridade. Os adultos entrevistados apresentam também o ensino fundamental, sendo que, na maior parte dos casos, incompleto. Ninguém afirmou possuir o nível superior.

Sobre as mudanças identificadas após a chegada ao assentamento, quase todas as famílias alegaram benefícios, principalmente pela posse da terra e de se conseguir plantar e colher para si mesmos. As falas abaixo são sobre essa inserção no assentamento:

Estamos aqui há uns oito anos, não sei ao certo. Para vir para cá precisamos nos associar, passamos um período aguardando o processo e, por fim, mandaram a verba para a construção da nossa casa. Hoje, somos três: eu, meu esposo e minha filha mais nova. Tenho mais duas filhas, mas elas moram em Fortaleza, foram para lá estudar, uma está se formando em Fisioterapia e a outra está fazendo pré-vestibular. (ALC5, 2018).

A gente chegou aqui através de pessoas ligadas ao movimento da reforma agrária, junto às reuniões. Por sermos agricultores, foi mais fácil, já que o programa beneficia os agricultores. Sendo de fora, não entra. E aqui foram muito bem selecionados, os 13 dentre mais de 70 famílias. Sempre fomos agricultores, sempre trabalhamos com isso. (ALC11, 2018).

No seu relato, ALC1 (2018) afirmou o que já foi observado neste trabalho, confirmando que a maioria dos assentados são antigos trabalhadores da fazenda: “Nós somos de Apuiarés, mas faz 24 anos que nós moramos em São Luís do Curu.

Primeiramente, nós morávamos na Faisa. Aí depois viemos para cá, já está com uns oito anos”. ALC3 (2018) também falou do seu histórico:

Foi uma luta para conseguir isso aqui, dez anos atrás. A gente começou através de outra associação, antigamente era “unidos venceremos” e agora está com outro nome, não me lembro bem agora no momento, que é do outro lado, do outro assentamento lá que teve. Através desse presidente que a gente foi se encaixando na reforma agrária. A gente ia a toda reunião, era todo mês, era mensal essa reunião. Eram 42 pessoas concorrendo a 13 vagas, principalmente aqui nesse assentamento, durante dez anos a gente pelejou por esse aqui. Mas, não tinha briga não, era só reunião mesmo. Era tudo legalizado. Porque tem uns que brigam né? Mas, a gente conseguiu mesmo só através das reuniões, participando de encontros, de oficinas. Tudo o que tinha no convênio do Incra a gente participava. (ALC3, 2018).

Quanto aos movimentos sociais, algumas famílias alegaram ter tido alguma participação e outras não. De fato, as opiniões foram bem diversas em relação a isso. ALC10 (2018) comentou que não participou: *“Não meu filho, nunca. A gente ouvia falar por aí, mas a gente achava uma loucura, muita briga e matança. Aí a gente não quis se envolver com isso, mas a gente acha muito importante”*. O relato abaixo é de ALC8 (2018), que discordava da política do MST.

Nunca participei de nenhum movimento como MST, até quiseram que a gente invadisse isso aqui no começo, já que trabalhávamos aqui. Quiseram trazer umas lonas para a gente invadir, mas eu disse: invadir, a gente não invade não. Se eles pegarem e der de bom gosto a gente quer, mas invadir não. (ALC8, 2018).

Ao falar de invasão, ALC8, presumidamente, refere-se ao que os movimentos sociais conceituam como ocupações de terra, considerada uma importante estratégia de ação coletiva adotada para pressionar pela execução da reforma agrária no Brasil. Sobre isso, Rosa (2012) explica que o termo invasão, utilizado com mais frequência ao longo dos anos de 1960 e 1970, remetia a uma ação considerada ilegal no que diz respeito ao direito de propriedade, ao passo que ocupação, indica outra conjuntura. O autor afirma que o sentido contemporâneo de ocupações de terras foi apropriado pelo MST, sendo imprescindível na formulação dos pilares de justificação e legitimação de sua atuação pelo acesso à terra, como a realização de acampamentos para reivindicar o uso de propriedades que não cumpram a sua função social (ROSA, 2012).

Todas as famílias são de origem rural, embora alguns dos seus membros já tenham trabalhado ou trabalhem em atividades não agrícolas.

Sempre moramos no interior, somos de origem rural. Desde muito nova trabalho na agricultura, assim como meu esposo. Eu morava próximo a um rio, ajudava meu pai, costumávamos plantar lá perto. Atualmente só eu e meu esposo trabalhamos na agricultura. Nossa filha mais nova tem dezoito anos, ela só estuda. Incentivamos sempre ela a estudar e buscar o melhor pra ela. (ALC5, 2018).

ALC6 (2018) trabalhava na fazenda que havia no espaço que hoje é o assentamento e comentou sobre suas origens: *“Meu pai era agricultor e desde sempre a gente vem sempre nesse ramo. O estudo da gente também é muito pouco, nunca deu para arrumar emprego em outro canto”*. Nesse mesmo sentido, ALC3 (2018) expôs sua relação com a agricultura:

Sempre fui agricultor. Por isso eu estava entre os selecionados para o assentamento. Porque entre esses 42, a maioria não queria morar, eles queriam só a terra para plantar. Todos eram agricultores, mas queriam para plantio, e o Incra não aceitava, só aceitava se fosse para moradia também. A gente tinha que vir para morar né? E a gente morava aqui na época. (ALC3, 2018).

Uma situação percebida em relação aos membros das famílias do Lagoa do Capim é que existem muitos filhos dos assentados que não moram no assentamento. Esses membros partiram para centros urbanos em busca de trabalho e de uma melhor qualidade de vida. Já entre aqueles que permaneceram, muitos trabalham fora do assentamento em atividades agrícolas ou não agrícolas, para o complemento da renda familiar.

ALC7 (2018) falou que tem um filho que é funcionário de uma empresa de ônibus em Fortaleza. Esse filho é formado em Administração e está cursando outra faculdade, ajudando sua família na medida do possível. ALC7 informou que a renda mensal da família é em torno de R\$ 500,00 por mês, valor que vem basicamente do Bolsa Família e das diárias de trabalho que os filhos fazem fora do assentamento.

A maioria dos jovens, segundo testemunho de algumas moças e rapazes ouvidos, tem a intenção de ir embora e seguir outras profissões. Uma das jovens assentadas comentou: *“Quero ir morar na cidade, pois lá tem muitas oportunidades que não tem aqui”*. Para outra jovem, o pensamento é semelhante: *“Não pretendo ficar aqui, quero arrumar um emprego. Tenho muito sonho de quando terminar fazer o curso de Direito, mas, por enquanto vou fazendo esses cursos básicos”*.

Referindo-se particularmente à migração de moças para a cidade, Carneiro

(2007) argumenta que esse movimento se deve a fatores como a ausência de um espaço de realização profissional para a mulher nas áreas rurais agrícolas. Some-se a isto o fato de a mulher não ser reconhecida enquanto trabalhadora agrícola ou não querer para si esse papel, o que pode despertar nas jovens o desejo de atingir níveis mais elevados de educação e de migração para o meio urbano (CARNEIRO, 2007).

E esse desejo também foi observado nos pais, como se pode perceber na declaração de ALC5 (2018), que tem duas filhas morando em Fortaleza, uma fazendo faculdade de Fisioterapia e a outra matriculada em um curso pré-vestibular. *“Eu sempre vou querer o melhor para minhas filhas, vou apoiar elas no que decidirem fazer, mas não quero que elas passem por todas as dificuldades que passamos. Não faz sentido retornarem para cá”*. Os depoimentos abaixo são ilustrativos sobre essas questões.

Vou botar ela lá em Fortaleza, quando fizer o 1º ano. Porque aqui não tem o futuro, né? Aí quero botar ela lá para morar com a minha outra menina, para ela já ir estudando no 1º ano. Para quando ela terminar já ter um futuro melhor. Ela tem vontade de ser médica de bicho. Ela é louca por bicho. (ALC7, 2018).

Hoje são três pessoas, mas tenho duas moças e três homens. Os homens já debandaram. Uma filha é casada e mora no assentamento. Os homens terminaram os estudos, arrumaram as esposas e foram trabalhar. Um trabalha em Recife, em uma pizzaria, e o outro trabalha em São Luís do Curu, fazendo bicos. (ALC1, 2018).

Como descrito por Carneiro (2007), para que moças e rapazes pensem em permanecer no campo, eles precisam enxergar alternativas não agrícolas, ou, pelo menos, um modo de fazer agricultura diferente da realizada por seus pais. A autora observa ainda uma mudança no valor atribuído à agricultura, compartilhado, como em alguns casos desta pesquisa, pelos próprios pais que querem poupar os filhos das dificuldades e sofrimentos por que passaram. ALC8 (2018) situou algumas dificuldades que desestimulam os jovens a permanecerem na agricultura e no assentamento. Eis suas palavras:

Querem ficar lá nada, querem não. Trabalhar com agricultura é sofrido, só para quem tem coragem. Agricultura é isso. O cara faz o milho, faz o feijão, quando vai vender é bem baratinho. E se for pagar um trabalhador são quarenta contos. Quando vai vender uma saca de milho, quando tu colhe, é trinta reais. Graças a Deus que esse ano deu quarenta. Então, quer dizer que o trabalhador estava trabalhando por uma saca de milho por dia. Aí tu acha que esse pessoal que é mais jovem quer ficar? Querem nada. (ALC8, 2018).

No dizer de Brumer (2007), é recorrente a tendência emigratória dos jovens rurais, justamente pela visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia. A autora reconhece a influência dos fatores estruturais, mas recorda que as decisões sobre migração são tomadas por indivíduos, definidas por fatores de atração ou de expulsão. “Na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação” (BRUMER, 2007, p. 37). ALC6 (2018) recordou sua experiência particular, envolvendo os filhos:

O meu menino mais velho, ele realmente trabalhou fora por um tempo. Porque aqui não tem emprego para ninguém, aí ele foi trabalhar vendendo cabide, mas, aí quando ele chegou agora, agora mesmo, ele está fazendo agricultura, ele está matando porco, todo sábado, porque tem que ganhar alguma coisa. Qualquer pessoa não pode viver sem ganhar nada. E o mais novo, o negócio dele é esporte, é ir atrás de bola, mas se aparecer emprego para ele, ele vai. Ele já trabalhou como motorista, ele tem carteira. (ALC6, 2018).

Quanto à participação dos jovens nas atividades agrícolas desenvolvidas nas unidades de produção agrícola (UPAs) das famílias, os dois depoimentos a seguir exemplificam bem a dinâmica familiar do assentamento. São sobre os filhos de ALC6 e de ALC8. No primeiro caso, os jovens não têm tanta participação nas atividades, enquanto que no segundo caso, se enalteceu a ajuda dos filhos.

Somos quatro. Os meus meninos ajudam um pouco, não vou dizer que eles ajudam muito na agricultura. Porque se eu disser isso eu estou mentindo. Porque realmente essas pessoas procuram mais é um emprego né? Agora estão desempregados. Mas o meu menino mais novo também terminou a escola agrícola, o curso que ele fez, técnico né? Não entendo muito não, sei que ele é formado nisso aí. (ALC6, 2018).

Na minha casa são sete. Quatro trabalham na agricultura. Tem duas meninas pequenas e uma que trabalha fora. Aqui trabalha eu, meus dois rapazes e minha mulher. Meus meninos me ajudam demais. Na hora que eu for eles estão ali no meu pé, estudam de manhã, vão para o colégio, mas à tarde estão comigo, me ajudando. (ALC8, 2018).

Nessas famílias de ALC6 e de ALC8, os filhos desenvolvem ou desenvolveram atividades agrícolas nas próprias UPAs. ALC8 ainda possui uma filha que trabalha fora da propriedade, como frentista em um posto de gasolina da região. ALC6 (2018)

afirmou receber ajuda da sua sogra, por meio de mercadorias, além dos seus filhos já terem exercido alguma atividade fora do assentamento, para ajudar no rendimento familiar. Dos seus dois filhos, um já havia feito um curso técnico, e também possui carteira de motorista, o que o permitiu trabalhar no Porto do Pecém por um período. O seu filho mais velho trabalha atualmente no abate de animais.

ALC8 (2018) mencionou que, além do trabalho em sua UPA, quando solicitado, realiza tarefas em outras propriedades para aumentar sua renda. Essas atividades desenvolvidas, segundo ele, são roçar mato, plantar ou colher, além de usar sua carroça para levar ferramentas.

ALC4 produz milho e feijão, e em épocas chuvosas, já cultivou também mandioca, melancia e jerimum. Além da agricultura, a família tem a criação de gado, porém enfrenta bastante dificuldade pela estiagem prolongada que assola a região. O filho do casal exerce atividade não agrícola com trabalhos em *buffets*, festas e de pedreiro.

Em relação aos trabalhos desempenhados pelos seus filhos, ALC1 (2018) revelou: *“No período do plantio eles me ajudam, ficam só por aqui. Aí, na época do verão, ficam parados. Um faz bico e outro trabalha na fazenda, ganha um salário, graças a Deus. Isso é bom, porque me ajuda, pois tenho que comprar remédio para o meu marido”*.

Quase todas as famílias são beneficiárias de programas sociais e têm alguma incidência de aposentados entre seus membros. Esse complemento na renda das famílias é de fundamental importância, pois o que produzem é para o seu autoconsumo. ALC11 (2018), que trabalhou por 22 anos na antiga empresa dona da fazenda, citou a relevância dos benefícios sociais:

A renda que temos aqui é desses benefícios, Bolsa Família e auxílios. Eu estou com um ano que não trabalho. O que criamos aqui é só para o consumo. Até o ano passado a gente plantava feijão, milho, roça e capim. Nós recebemos 16 hectares para plantar, terra boa, dá de tudo. Antes da seca era bom, tinha apoio do Incra, para comprar kit de irrigação. (ALC11, 2018)

ALC5 (2018) também comentou sobre a composição da renda da família:

O único benefício social que eu recebo é o Bolsa Família. Nosso sustento vem basicamente da agricultura, mas corremos atrás de outras coisas. O que plantamos é apenas para consumo, não vendemos milho nem feijão, mas meu marido vende peixe, galinha e algum porco. Criamos alguns animais. Às vezes, ele faz umas diárias em algumas fazendas. (ALC5, 2018).

A produção vegetal foi comprometida devido ao longo período de estiagem dos últimos anos, fazendo com que parte dos agricultores passassem a incorporar a criação de pequenos animais em suas UPAs, como galinhas, porcos e cabras, sendo também para a subsistência (Figura 2).

Figura 2 - Criação de animais do Assentamento Lagoa do Capim



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

ALC10 (2018) falou da inserção da criação de animais para ajudar na renda da sua família: *“Essa criação é nova, a gente comprou para iniciar. A gente já tem quatro porcas paridas, tiveram 31 bacorinhos, aí a gente vai deixar crescer para poder vender”*. ALC10 (2018) ainda discorreu sobre a dificuldade de criar animais com a estiagem: *“A gente teve que vender, era muito difícil. A gente aguar o capim. Não tinha água, e a gente não tem condição de fazer poço, é muito caro”*. Em relação à comercialização dos seus produtos, ALC6 (2018) destacou:

Não é muito, porque nunca sobra muito para a gente vender. Aí a gente vai ao comércio, ali no Curu. Aí a pessoa pede dois sacos: vê aí dois sacos de milho para mim. Aí a gente vai e vende, sabe? Leva e vende. A gente vai deixar, é assim, aí chega outro e quer outro saco. Aí a gente nunca tem aquela safra para dizer assim: vou vender 10 sacas de milho de uma vez. Para uma pessoa só não, nunca tem, nunca é o suficiente. (ALC6, 2018).

No que se refere às políticas públicas, em meados do ano de 2018, as famílias receberam cisternas pelo Programa do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Governo do Estado do Ceará (Figura 3).

Figura 3 - Cisternas do Assentamento Lagoa do Capim



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Alguns entrevistados disseram ter acessado o Pronaf, para custear suas despesas com a produção, enquanto que outros afirmaram ter feito empréstimos de outra natureza. Sobre as cisternas, ALC2 (2018) explicou:

A cisterna chegou agora, está com mais ou menos um mês. Bem novinha, agora que chegou. Nós fizemos um cadastro ainda em 2014 e essa cisterna não tinha aparecido. Quando foi agora, apareceu um rapaz aí. Ele deu a notícia da cisterna e arrumou para nós, a cisterna bem novinha. Faz tempo, quase que nós ficamos doidos esperando essa cisterna, e agora com essa falta de água, né? Ave Maria, é ruim demais. ALC2 (2018).

No tocante a questões do crédito ALC5 (2018) ponderou: *“Nunca nós atentamos para criar um bom projeto de investimento para pedir um financiamento e em relação aos financiamentos para custeio, não temos interesse”*. ALC10 (2018) tocou no ponto sobre os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), lembrando que tais serviços já foram ofertados no assentamento. *“Ensinaram a gente a parar de usar veneno e usar o produto natural, de Neem, de xixi de gado. Quando a gente precisa de um cadastro eles vêm, para vacinar o gado eles ajudam”*.

Apesar das muitas dificuldades enfrentadas pelos assentados, a maioria das famílias observa vantagens por fazer parte do assentamento. A conquista da terra e o fato de poder plantar e colher no seu próprio lote é o motivo principal de enxergarem essas vantagens. ALC11 (2018) confirmou: *“Trabalhar, trabalhar e viver com paz. Ter uma casa, o acesso a terra, ter crédito de apoio, crédito inicial. Eu gosto de morar*

aqui”.

ALC4 (2018) também apontou tais vantagens: *“Para mim foi a melhor coisa do mundo. Porque só em estar sossegado em uma terra, sem estar imprensada na rua, sem poder fazer nada. Aqui, agora a gente pode trabalhar”*. ALC13 (2018) complementou: *“É bom, né? Porque só em ter a terra para plantar é bom demais”*.

Sobre os pontos positivos do trabalho na agricultura e sua importância, ALC11 (2018) falou: *“É fartura. Você trabalha em casa e tem feijão, milho e arroz. Tem tudo”*. Uma agricultora, que alegou ter acessado o Pronaf, resumiu: *“A agricultura foi quem me deu oportunidade de criar e educar os meus filhos, então, ela é tudo para mim, e de grande importância também”*. Outro assentado, que explicou não ter tentado acessar o crédito por medo de se endividar, tem o mesmo ponto de vista: *“A agricultura é tudo para nós, é por meio dela que nós temos o que comer todo dia, sem ela nós não estaríamos aqui”*.

Por outro lado, as dificuldades foram apontadas em alguns discursos, como no exemplo abaixo.

Por enquanto, creio que precisa melhorar muito. Mas o que vemos como vantagem é ter terra abundante para plantar e criar os animais. O saneamento básico é uma questão gritante aqui, não temos água encanada, o que dificulta muito, além de estarmos mais suscetíveis a doenças e infecções. Outra desvantagem é a distância, moramos um pouquinho longe de onde tem comércio, para tudo precisamos nos deslocar. (ALC5, 2018).

Por meio das entrevistas, foi possível perceber que a maior dificuldade que as famílias enfrentam é realmente a escassez de água, pois o Rio Curu e a lagoa local dependem de um inverno chuvoso. Apesar dos sete poços existentes no assentamento, somente um abastece algumas casas, haja vista que a maioria dos moradores não tem encanamento nas suas residências. *“Minha filha, a dificuldade é de água, a gente pega lá na lagoa. Pedir a Deus para que mande um bom inverno para nós plantar. Para beber nós tem que comprar (ALC1, 2018)”*.

Algumas famílias também apontam como dificuldade a falta de permissão por parte do Incra para se trabalhar fora do assentamento. Segundo os informantes, só é permitido trabalhar três vezes por semana e sem vínculo empregatício, caso contrário, perderiam os benefícios enquanto assentados de um programa oficial de reforma agrária. Com isso, as famílias consideraram que encontram obstáculos para uma melhor composição da renda familiar, já que a baixa produção agrícola das suas UPAs

não gera excedentes que permita uma comercialização. ALC3 (2018) enfatizou com as seguintes palavras: *“Eu recebo o Bolsa Família. O homem não pode trabalhar aqui, só se for três vezes na semana, mas não se for diariamente, é a regra de lá. Não pode trabalhar, só se for três vezes na semana, tipo diária”*. ALC3 (2018) ainda acrescentou isso como um ponto negativo por morar no assentamento, quer dizer, pela possibilidade de deixar de ser assentado.

Pois é, porque se a gente trabalhar fora a gente perde tudo. Perde qualquer benefício, perde até a casa que a gente mora. No começo a gente até entrou sabendo disso. Ficou quem queria, mas a questão de morar é muito boa. O lugar é muito tranquilo, eu gosto daqui. O ruim é o financeiro, porque a gente precisa né? Todos precisam. (ALC3, 2018).

Ainda no contexto de compreender as barreiras a serem superadas, ALC13 (2018) afirmou:

A gente só cultiva milho e feijão agora. Quando tinha água, a gente plantava no verão. Mas a água do rio está pouca agora, aí não dá mais. A gente cria também umas galinhas, porco e gado. É só aqui mesmo, no campo. É uma luta forte, pode chegar lá em casa me procurando umas dez e meia, me encontra não. É pelejando com uma forragem pra dar para o gado e uma coisa ou outra. (ALC13, 2018).

ALC11 (2018) compartilhou: *“Eu nunca achei dificuldade no trabalho. Nunca tive. Estamos precisando de água, de uns quatro anos para cá. Sempre acaba cedo”*. Outra família igualmente comentou sobre suas dificuldades, enfatizando que a estiagem é um dos principais fatores negativos. *“Eu tinha esse gado, tinha um bocado de bode, tinha que cortar forragem, mas eu vendi quase tudo, por conta do tempo”* (ALC4, 2018).

ALC6 (2018) também opinou sobre as dificuldades em exercer as atividades agrícolas: *“Assim, quando chega o tempo da gente plantar, é difícil. A gente ter o dinheiro para mandar cortar a terra. A terra a gente vai plantar sem ser cortada fica mais difícil, mas o resto está tudo certo”*. Ainda acrescentou: *“Mais difícil mesmo é essa falta de água né? É porque se a gente tivesse água o suficiente, até no verão, dava para a gente plantar e fazer a irrigação direitinho”*. (ALC6, 2018).

ALC10 (2018) resumiu as vantagens e dificuldades no assentamento, se aproximando do sentimento da maioria das famílias. Em suas palavras:

É bom demais, só em plantar e não estar pagando renda para ninguém. E a

maior dificuldade é a falta de água, a gente já perdeu muita coisa por causa da água. Eu já perdi uns cocos, banana que a gente tinha plantado, veio gente aqui e ensinou a gente a fazer horta, ensinou tudo, mas, não foi para frente. (ALC10, 2018).

De acordo com relatos dos agricultores, eles sempre fizeram uso de agrotóxicos, desde quando trabalhavam para a empresa FAISA, ficando inclusive algumas sequelas em alguns agricultores que tinham um contato mais próximo com esses produtos, como no caso de um agricultor que trabalhou como tratorista na época da fazenda. Ele era o responsável por aplicar os produtos e disse que não usava os equipamentos de proteção individual (EPIs). *“Tem dia que eu preciso estar jogando água nos pés e nas pernas direto, porque eu sinto uma queimadura muito grande”.* (ALC10, 2018).

A propósito, um problema relatado pelas famílias, relacionado à produção agrícola, foi a incidência de “pragas” em algumas culturas e doenças nos animais. A maioria das famílias afirmou fazer uso do produto Barrage, outras vezes, usam o óleo de Neem como forma de combater os insetos. Segundo os moradores, esse produto é usado especialmente para combater os gafanhotos, na fase de floração do feijão, em que eles também utilizam o agrotóxico.

Em relação a essas dificuldades enfrentadas nas atividades agrícolas e não agrícolas, os agricultores exprimiram o que sentem no seu cotidiano, de acordo com suas falas. ALC5 (2018) fez alusão à falta de apoio do poder público:

Creio que a falta de apoio, os recursos hídricos que são bem escassos, e a indisponibilidade de profissionais que venham nos ajudar através de oficinas e dicas. Sabemos o básico, não temos um conhecimento avançado. Antigamente, durante o primeiro mandato da presidenta Dilma, ainda tínhamos mais acesso a isso, todos os meses recebíamos visitas de profissionais e técnicos, com o tempo, isso foi ficando cada vez mais raro. (ALC5, 2018).

Outro assentado mencionou a falta dos serviços de Ater:

A gente não tem é praticamente nada de assistência técnica. Desde o ano passado que era para fazer o fomento dessas mulheres, para elas criarem galinhas, algum tipo de criação. Mas, não tinha técnico, o projeto era para ser feito em seis meses, mas está com um ano e meio e nada. Tinha uns do Incra, mas não sei o que houve que não vieram mais. (ALC13, 2018).

Também foi relatado entre os assentados, que surgiu um incentivo financeiro

para que as mulheres pudessem desempenhar um trabalho com costura, iniciativa essa que teve pouca adesão por parte das mulheres. ALC3 (2018) explicou que a iniciativa não vingou por falta de articulação e iniciativa das próprias mulheres assentadas, e que atualmente somente algumas trabalham de forma individual com a costura.

Na época veio um fomento, a gente podia se empregar se quisesse, para a costura. Mas tipo, em grupo. Todas as mulheres. Não pode ser só uma. Não pode ser individual, têm que ser todas juntas, tem que ter um local. Todas têm que administrar a renda financeira, a quantidade. As máquinas têm que ser tudo divididas, tem que ser em grupo, em conjunto. Aqui eu tenho só a minha máquina, e aqui tem uma mulher que tem só a dela. Mas para o Incra tem que ser o grupo de mulheres. Mas é muito bom, trabalhei mais de seis anos costurando, é um dinheiro né? É uma renda, a única renda que eu tinha era essa, trabalhei muito, mas aí começou a aparecer os netos, aí aquela história de vô. (ALC3, 2018).

Foram perguntadas às famílias se elas tinham alguma outra atividade que gostariam de desempenhar, e algumas delas responderam a respeito. ALC5 (2018) respondeu: *“Eu acho que não, sou satisfeita com a distribuição do meu tempo, já vivemos muito comprometidos. Gostamos muito de morar aqui, me sinto enraizada nesse local, não penso em ir para outro lugar, aqui recebemos apoio na hora que mais precisamos”*.

Ao contrário da resposta anterior, ALC1 (2018) apontou que faria outra atividade: *“Assim, faria uma faxina. Eu gosto de lavar roupa, eu gosto de trabalhar, sempre gostei de trabalhar. Quando meu marido era sadio eu dava meus pulinhos, lavando roupa. Porque precisa, as coisas estão caras atualmente”*.

Na sequência, com base no levantamento de dados obtidos por meio do questionário voltado para os sistemas de produção do Assentamento Lagoa do Capim, foram escolhidas três de suas UPAs para a descrição e representação dos resultados da pesquisa de campo.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

SEÇÃO 2: AS UPAS DO ASSENTAMENTO LAGOA DO CAPIM

Antes de se passar à descrição das UPAs presentes nesta segunda seção dos resultados e discussão, se faz necessário alguns esclarecimentos. O questionário voltado aos sistemas produtivos foi aplicado aos treze representantes das famílias do Lagoa do Capim. Contudo, são apresentados, a seguir, dados referentes a apenas três dessas UPAs. Isso ocorreu devido à pesquisa de campo revelar certa homogeneidade, tanto nos sistemas produtivos dos agricultores, quanto nas estratégias de reprodução socioeconômica desenvolvidas no interior dos núcleos familiares, no que tange as atividades agrícolas e não agrícolas praticadas por seus indivíduos. Por seu turno, dentre as três UPAs escolhidas, procurou-se privilegiar aquelas onde o fenômeno da pluriatividade apareceu com maior nitidez e assumiu diferentes formas e feições, como descrito por Schneider (2009a).

Com base nas causas que podem estimular a pluriatividade no meio rural, o autor apresenta uma proposta de quatro tipos de pluriatividade: 1) tradicional ou camponesa, em que as atividades não agrícolas ligadas à elaboração de peças e equipamentos para uso da família ocorrem dentro da propriedade e não visa a mercantilização; 2) intersetorial, pautada na articulação da agricultura com os demais setores da economia, principalmente indústria e comércio; 3) de base agrária, que surge e se expande com a terceirização de etapas ou fases dos processos produtivos na agricultura, implicando no aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas e na contratação de serviço de terceiros para a execução de tarefas; e 4) pára-agrícola, resultado das atividades que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola destinada à comercialização (SCHNEIDER, 2009, p. 8-12).

UPA1 do Lagoa do Capim

A família residente na UPA1 é composta por um casal e seus cinco filhos, em que a mais velha tem 18 anos de idade e a mais nova 10 (Tabela 4). A filha mais velha desenvolve atividade não agrícola, atuando como frentista em um posto de gasolina próximo ao assentamento. O tempo dedicado à atividade não agrícola são 8 horas diárias e ela recebe um salário mínimo de remuneração.

Tabela 4 – Identificação do núcleo familiar da UPA1 do Lagoa do Capim

Nome	Sexo	Idade	Escolar	Ocupação	Tempo p/ ativ. Agríc. na UPA	Tempo p/ ativ. não agrícola
-	M	52	Não Alfabetizado	Agricultor	Tempo Integral (8h)	Nenhum
-	F	37	Não Alfabetizada	Agricultora	Tempo Integral (4h)	Nenhum
-	F	18	1º Grau incompleto	Frentista	Nenhum	Tempo Integral (8h)
-	M	17	1º Grau completo	Estudante	Nenhum	Nenhum
-	M	14	1º Grau incompleto	Estudante	Nenhum	Nenhum
-	F	12	1º Grau incompleto	Estudante	Nenhum	Nenhum
-	F	10	1º Grau incompleto	Estudante	Nenhum	Nenhum

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Os outros filhos estão estudando em escola pública e ajudam apenas em atividades simples dentro de casa, não dedicando nenhum tempo relevante à agricultura. A família é beneficiária do Bolsa Família, que representa parte da renda do núcleo familiar, a qual é composta, ainda, pelo salário da filha frentista. Os adultos fazem parte da associação de moradores do assentamento (Figura 4).

Figura 4 - Associação Boa Esperança do Assentamento Lagoa do Capim



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

A água consumida na moradia é oriunda de um poço comum a todos da comunidade, que dispõe ainda de um telefone fixo para uso de todos no assentamento. No entanto, a família possui aparelhos celulares na residência, para uso dos seus membros. A atividade agrícola, segundo eles, é voltada tanto para o autoconsumo como para a comercialização.

O casal comentou que a residência foi construída a partir do financiamento do Incra. Isso permitiu ainda a construção de um barraco de taipa na área central do terreno, usado para o armazenamento de alguns itens de produção. A família não tem nenhum maquinário agrícola nem contrata mão de obra.

Quanto à produção vegetal (Tabela 5), a família produz cerca de 2.500 kg de milho por safra, bem como 300 kg de feijão, e uma quantidade não informada de mandioca. Há ainda, na propriedade, um número variado de árvores frutíferas que também são utilizadas para o autoconsumo. Ainda que prejudicada pela escassez de água que a cultura necessita, a principal fruteira da área é a banana, porém, o agricultor não soube informar quanto é produzido dessa cultura. Além disso, existem pequenas produções de limão, acerola, e capim voltado para os animais.

Na produção animal da UPA1 (Tabela 6), são 40 cabras, 4 equinos e 16 suínos. As cabras são voltadas para a comercialização, e a família vende cerca de 15 cabeças por ano. Os equinos são utilizados para o transporte de pessoas e para o uso de carroças, enquanto que os suínos são destinados para o comércio e abate, sendo cerca de 10 animais comercializados por ano.

Tabela 5 – Produção vegetal da UPA1 do Lagoa do Capim

Plantio	Produção Total
Milho	2500 Kg
Feijão	300 Kg
Mandioca	Não informado
Banana	Não informado
Limão	Não informado
Acerola	Não informado
Capim	Não informado

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Tabela 6 – Produção animal da UPA1 do Lagoa do Capim

Animal	Quantidade
Equinos	4
Cabras	40
Suínos	16

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

As principais produções vegetais da UPA1 são o milho, o feijão e a banana. Como pode ser visto na Tabela 7, a família utiliza o inseticida Lannate para o controle de “pragas” nos cultivos do milho e do feijão. O plantio das culturas é realizado principalmente entre os meses de dezembro e janeiro, mas também depende dos períodos chuvosos do ano. A semeadura da banana ocorre nos meses de março e abril, dependendo da quantidade de chuvas e de quando foi plantada a cultura. A área cultivada da banana é de aproximadamente 0,3 ha, de feijão 0,5 ha e do milho 0,7 ha (Anexo A).

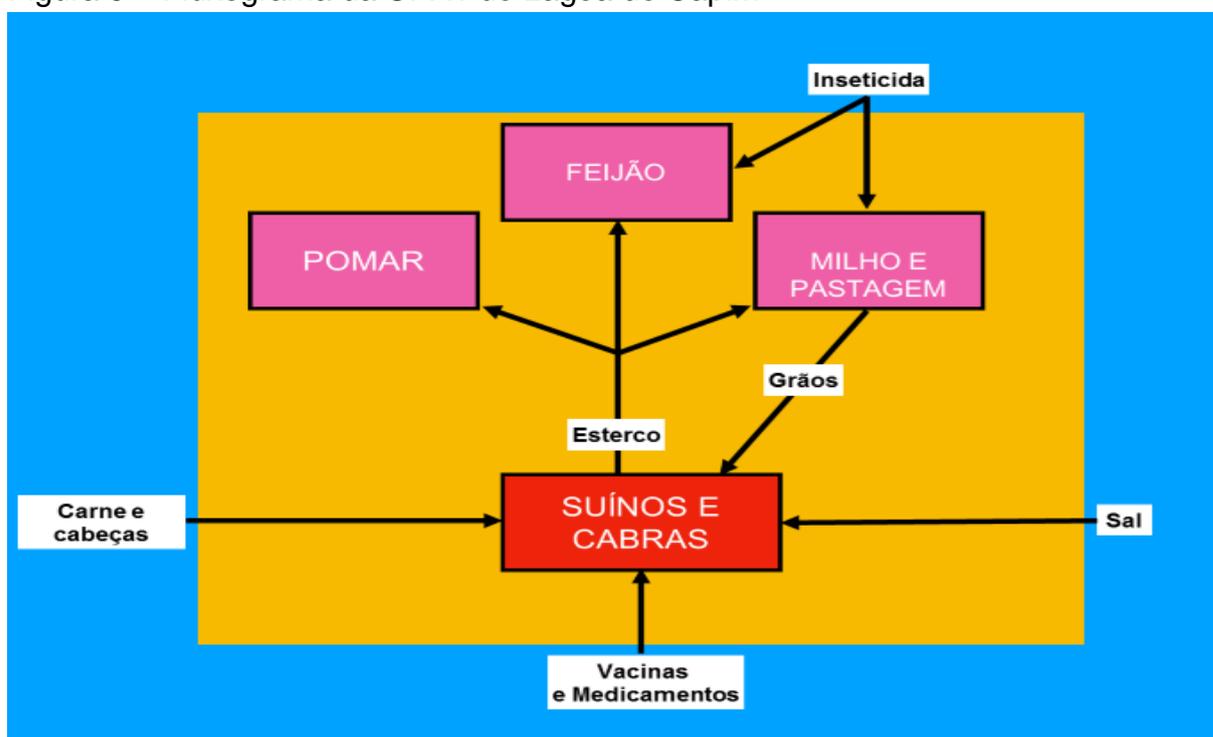
Tabela 7 – Manejo do solo para o plantio da UPA1 do Lagoa do Capim

Atividade	Banana	Milho	Feijão	Capim
Inseticida	Não	Lannate	Lannate	Não
Destino da cultura	Consumo	Consumo/Alimentação animal	Consumo	Animais
Data da semeadura	Julho	Março/abril	Março/abril	Ano todo
Área cultivada	0,3 ha	0,7 ha	0,5 ha	0,5 ha

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A produção do pomar e do feijão é toda para o núcleo familiar, enquanto que o milho, além de consumido pela família, é o principal alimento dos animais. A família alegou não fazer uso de nenhum adubo químico, utilizando apenas o esterco animal para esse fim (Figura 5).

Figura 5 – Fluxograma da UPA1 do Lagoa do Capim



Fonte: Elaborada a partir de Nascimento e Teixeira (2018).

Na produção animal é utilizado capim para alimentação dos equinos, e milho e massa de milho para os suínos e cabras. Também se aplicam vacinas e

medicamentos nas cabras e suínos, sendo os produtos Aftomune e Termicida os usados na propriedade, com suas aplicações anuais no mês de janeiro (Tabela 8). A família ainda utiliza o sal mineral, o sal comum e Ferrodex, para suplementação alimentar dos animais.

Tabela 8 – Manejo da produção animal da UPA1 do Lagoa do Capim

	Equínos	Suínos	Cabras
Quantidade	4	16	40
Alimentação	Capim	Milho	4 l de massa de milho
Destino da Produção	Serviço	Consumo/comércio	Consumo/comércio
Aplicação de Vacinas	Não	Sim	Sim
Tipo de Vacina	-	Termicida	Aftomune
Período de Aplicação	-	Janeiro	Janeiro

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A propriedade nunca alterou o seu tamanho ou a sua quantidade de área plantada. Os planos do agricultor são de aumentar a sua área de plantio, caso tenha água para irrigação, principalmente para a banana e o capim. A família tem incertezas quanto ao futuro da propriedade e da sucessão familiar, visto que todos os filhos demonstram interesse de, após terminarem os estudos, sair do meio rural. O assentado ainda afirmou que, caso tivesse condições financeira, investiria na construção de um pequeno açude, não só para ele, mas, para uso de todos os assentados.

UPA2 do Lagoa do Capim

A família residente na UPA2 é formada por um casal e sua filha mais nova, de 14 anos de idade (Tabela 9). Esse casal tem ainda outros quatro filhos que desempenham atividades não agrícolas e não vivem no assentamento.

A família recebe o Bolsa Família e eles pretendem dar entrada em suas aposentadorias em breve. O casal faz parte da associação do assentamento e a água

consumida na moradia é oriunda de um poço comum a todos da comunidade. A família também possui aparelhos celulares na residência para uso particular. Eles informaram que a atividade agrícola é voltada exclusivamente para o autocosumo e para a alimentação dos animais, entretanto, comercializaram ovos e carne de frango no último ano.

Tabela 9 – Identificação do núcleo familiar da UPA2 do Lagoa do Capim

Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Tempo p/ Ativ. Agríc. na UPA	Tempo p/ Ativid. não agríc.
-	M	53	Não Alfabetizado	Agricultor	Tempo integral (9h)	Nenhum
-	F	55	Não Alfabetizada	Agricultora	Tempo Integral (6h)	Nenhum
-	F	14	1º Grau completo	Estudante	Nenhum	Nenhum

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

O assentado apresentou sua residência como sendo própria, construída com investimentos provenientes do Incra. Na área, além da casa principal, foi feita uma espécie de pequeno galpão, onde o agricultor guarda seu motor de irrigação. No espaço tem ainda um poleiro e um barraco de tijolos, que também serve como depósito. A família não faz uso de mão de obra contratada.

Tabela 10 – Produção vegetal da UPA2 do Lagoa do Capim

Plantio	Produção total
Milho	600 Kg
Feijão	300 Kg
Mandioca	300 Kg
Capim	Não informado

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Quanto à produção vegetal, a família produz cerca de 600 kg de milho por safra, 300 kg de feijão e 300 kg de mandioca (Tabela 10). O assentado só não soube fornecer informações sobre a quantidade de capim. O agricultor possui um motor de irrigação. Porém, não sabe ao certo o ano e nem o modelo da máquina. Apenas que foi adquirido com recursos do Incra.

Na propriedade também há criação animal. Ao todo são 12 cabras e cinco bovinos, sendo três vacas leiteiras, um bezerro e um boi (Tabela 11). As vacas estão apresentando baixa produtividade de leite, o que permite apenas alimentar o bezerro e retirar aproximadamente três litros de leite por semana. Na UPA2 ainda existe um porco e cerca de 40 galinhas para corte e postura, coletando-se aproximadamente 2000 ovos e vendendo-se cerca de 80 kg de carne por ano.

Outros animais presentes na UPA2 são 15 patos, três equinos e doze cabras. As cabras ainda não são comercializadas e os equinos são utilizados para o transporte de pessoas e para o uso de carroças, enquanto que os ovos de pato são apenas para o autoconsumo. Os ovos e as galinhas abatidas nem sempre são comercializados.

Tabela 11 – Produção animal da UPA2 do Lagoa do Capim

Animal	Quantidade
Equinos	3
Cabras	12
Suínos	1
Bovinos	5
Aves	52

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

As principais culturas da UPA2 são o milho, o feijão e a mandioca. Nessas culturas e no capim, a família utiliza um único produto como inseticida, fungicida e herbicida, o Barrage, como pode ser visualizado na Tabela 12. A área cultivada da mandioca e aquela dedicada ao capim é de aproximadamente 0,5 ha cada uma, 0,8 ha para o feijão e 1,0 ha para a produção de milho (Anexo B).

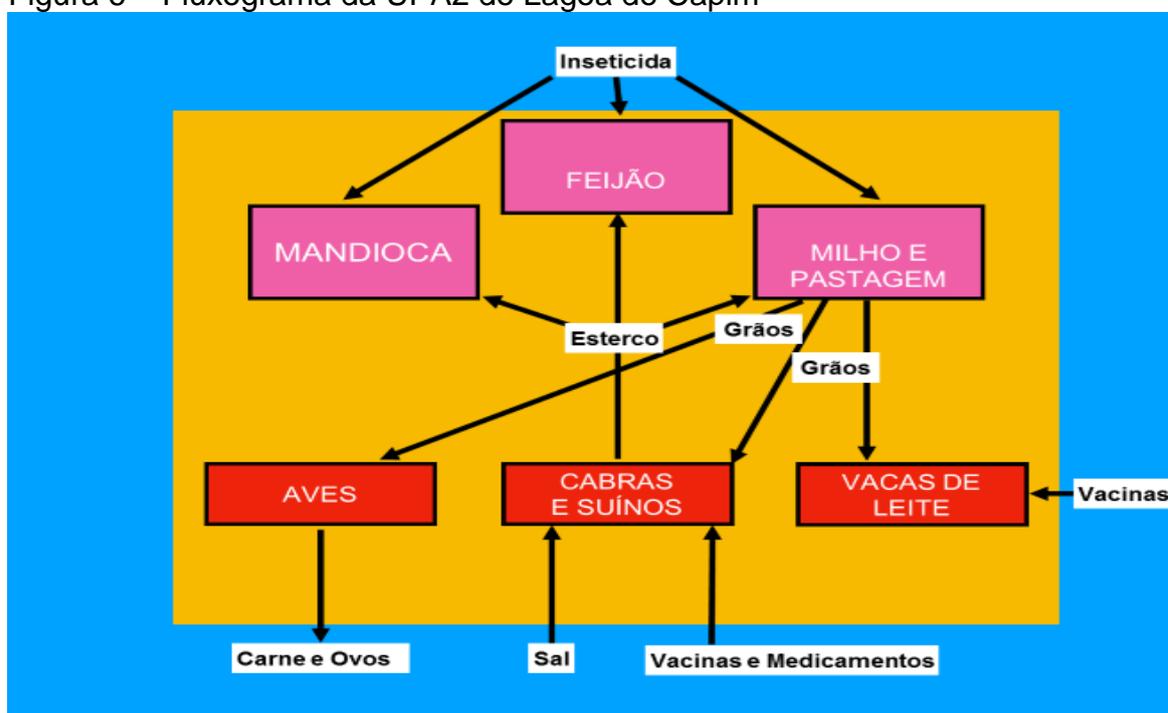
Tabela 12 – Manejo do solo para o plantio da UPA2 do Lagoa do Capim

Atividade	Milho	Feijão	Capim	Mandioca
Inseticida	Barrage	Barrage	Barrage	Barrage
Destino da Cultura	Consumo/Alimentação Animal	Consumo	Animais	Consumo
Data da Semeadura	Julho	Março/abril	Ano todo	Junho/julho
Área Cultivada	1,0 ha	0,8 ha	0,5 ha	0,5 ha

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

O plantio da mandioca e do feijão é voltado somente para o autoconsumo do núcleo familiar, enquanto que o milho é utilizado tanto para a alimentação da família como para fornecer aos animais. A adubação das culturas é toda a base do esterco animal (Figura 6).

Figura 6 – Fluxograma da UPA2 do Lagoa do Capim



Fonte: Elaborada a partir de Nascimento e Teixeira (2018).

Para a produção animal é utilizado capim para alimentação dos equinos e bovinos, e milho e massa de milho para os suínos, aves e cabras (Tabela 13). A UPA2 também vacina suas cabras, bovinos e suínos, utilizando Aftomune para as duas

primeiras espécies e Termicida para os suínos. As aplicações ocorrem todos os anos, sempre no mês de janeiro. O casal ainda utiliza sal mineral e sal comum para suplementação alimentar dos animais.

Tabela 13 – Manejo da produção animal da UPA2 do Lagoa do Capim

	Equinos	Suínos	Cabras	Aves	Bovinos
Quantidade	3	1	12	52	5
Alimentação	Capim	Milho	2 l de massa de milho	Milho	Capim
Destino da produção	Serviço	Consumo/comércio	Consumo/comércio	Consumo	Consumo
Aplicação de vacinas	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Tipo de vacina	-	Termicida	Aftomune	Não	Aftomune
Período de aplicação	-	Janeiro	Janeiro	-	Janeiro

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A propriedade nunca alterou seu tamanho ou quantidade de área plantada. Os planos do assentado são de aumentar sua área de plantio, se houver água para isso, principalmente para plantar banana e mais mandioca. Embora a maior parte dos filhos já more fora do assentamento e desenvolva atividades não agrícolas, a família considera que dois deles têm interesse em herdar a propriedade e se inserir na atividade agrícola. O agricultor ainda disse que gostaria, caso tivesse recurso disponível, de investir na compra de um trator, cavar um poço em sua propriedade, aumentar sua área produtiva em 0,5 ha e, ainda, se houvesse disponibilidade de água, fazer um cultivo de tilápia do Nilo.

UPA3 do Lagoa do Capim

A família residente na UPA3 é composta por um casal e dois filhos, em que o mais velho tem 19 anos de idade e o mais novo 12 (Tabela 14). O filho mais novo é

portador de deficiência física, e a família recebe um benefício mensal por isso. O filho mais velho desenvolve trabalho na agricultura, seu tempo dedicado são 8 horas diárias, e o filho mais novo somente estuda.

Observou-se, nessa UPA3, que o filho mais velho dedica mais tempo que seus pais na atividade agrícola. Isso pareceu ser um indício de que o jovem tem a intenção de permanecer na agricultura, o que foi confirmado por sua mãe durante a aplicação do questionário. Esse rapaz se diferencia dos demais jovens do assentamento ouvidos nesta pesquisa, especialmente das moças, que expressaram uma maior vontade de deixar a localidade.

Tabela 14 – Identificação do núcleo familiar da UPA3 do Lagoa do Capim

Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Tempo p/ ativ. Na UPA	Tempo p/ ativ. Não agrícola
-	F	42	1 grau Incompleto	agricultora	Tempo integral (5h)	Nenhum
-	M	62	1 grau incompleto	agricultor	Tempo integral (6h)	Nenhum
-	M	12	1 grau incompleto	estudante	Nenhum	Nenhum
-	M	19	2 grau completo	agricultor	Tempo integral (8h)	Nenhum

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

O agricultor é vinculado à associação do assentamento e ao sindicato dos trabalhadores rurais do município. A energia elétrica é da rede pública, e a água vem de um dos poços do assentamento. A telefonia está presente com celulares pertencentes aos membros da família.

Na Tabela 15 abaixo, observam-se as principais atividades agrícolas e a área ocupada por cada cultura na UPA3. Pôde-se constatar que as principais culturas são para subsistência. O agricultor informou que a banana é importante para a família, entretanto, não se produziu nada no seu último ano agrícola, devido ao problema da estiagem.

Tabela 15 – Produção vegetal da UPA3 do Lagoa do Capim

Produção	Quantidade	Área
Mandioca	3.000 Kg	0,5 ha
Feijão	200 Kg	1,0 ha
Milho	1.000 Kg	1,0 ha
Banana	Nenhuma	1,0 ha

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A família tem uma pequena quantidade de animais (Tabela 16), sendo 15 aves que produzem ovos para o autoconsumo. Também possuem cabeças de gado leiteiro e informaram que vendem seus bezerros, quando necessário. Ainda existem quatro ovinos e três suínos na propriedade.

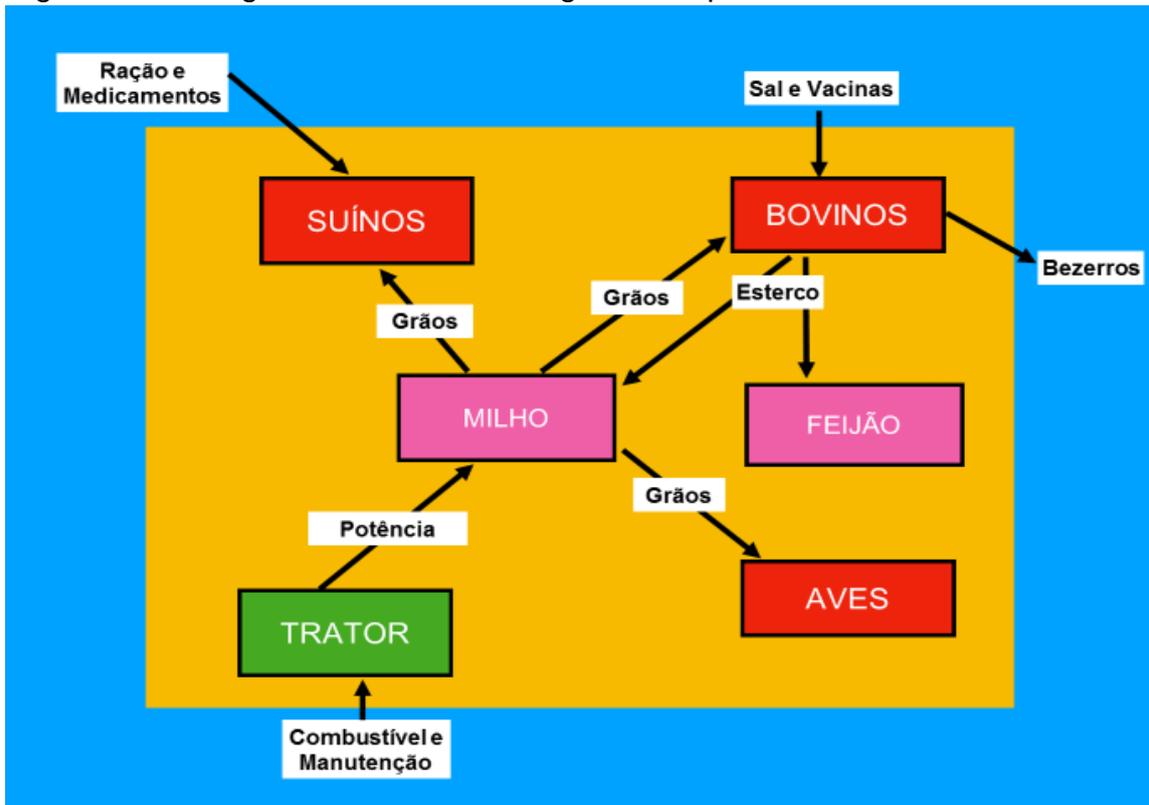
Tabela 16 – Produção animal da UPA3 do Lagoa do Capim

Animal	Quantidade
Ovinos	4
Bovinos	7
Aves	15
Suínos	3

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Na Figura 7 abaixo estão as principais atividades desenvolvidas na UPA3, assim como a interação que é construída em seu interior.

Figura 7 – Fluxograma da UPA3 do Lagoa do Capim



Fonte: Elaborada a partir de Santos e Lima (2018).

Foi possível perceber que as culturas do milho e do feijão são produzidas para o consumo da família, bem como os animais, sendo vendidos apenas os bezerros provenientes das crias do gado leiteiro. A adubação das culturas vegetais se dá por meio do esterco animal.

Como se pode observar no fluxograma, existe um trator nessa UPA3 (Apêndice D), utilizado para realizar algumas práticas agrícolas na própria área. O agricultor falou dos gastos dessa máquina com combustível e sua manutenção. No entanto, ele presta serviços em outras propriedades com o trator, recebendo em diárias ou por horas trabalhadas. É com essa remuneração, somada aos valores da venda dos bezerros, que a família vem adquirindo insumos e obtendo benfeitorias para a UPA3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo de caso no Assentamento Lagoa do Capim foi possível identificar que, além de residirem na área rural e de praticarem a agricultura, as famílias desempenham atividades em outros setores da economia, buscando aumentar seus rendimentos e garantir sua reprodução socioeconômica. Nesse sentido, alguns dos filhos dos agricultores trabalham fora do assentamento para complementar a renda familiar.

Entre os jovens do assentamento, aliás, se averiguou que não predomina o sentimento de pertencimento à localidade. Muitos têm o desejo de sair em busca de melhores condições de vida, não demonstrando perspectivas para continuar na agricultura, por não enxergarem possibilidades de um melhor retorno econômico proveniente da atividade agrícola.

Outro dado relevante é a importância dos programas sociais e aposentadorias na composição de renda das famílias assentadas, estando presentes em quase todos os núcleos familiares e tornando-se, em alguns casos, a renda principal de seus indivíduos. Eles admitiram que, se não fosse essas fontes de renda, provavelmente estariam passando por necessidades, faltando inclusive, alimentos em seus núcleos familiares.

Poucos moradores disseram ter participado ou ter tido qualquer ligação com algum movimento social, como o MST, por exemplo. Alegaram que, apenas quando decidiram reivindicar a transformação da fazenda em assentamento, se aproximaram do Incra para a concretização da posse do terreno.

As famílias do local têm diversas origens, muitas de outras cidades, todavia, todos disseram ser de procedência do meio rural. Antes da chegada ao assentamento já trabalhavam na agricultura, muitos em grandes propriedades ou na FAISA, empresa dona da fazenda de plantio de melão, e que recebia vários trabalhadores de diversas regiões.

O principal limite que a comunidade enfrenta é o problema com a escassez de água, pois dependem basicamente do Rio Curu para os seus cultivos. Os assentados consideram que esse é um dos motivos pelo qual passam por dificuldades financeiras e não conseguem produzir durante todo o ano. Alguns assentados também demonstraram preocupação com os rumos da atividade agrícola devido à falta dos serviços de Ater na localidade.

Mesmo com os limites e dificuldades presentes na experiência, todos afirmaram que é vantajoso viver no assentamento, pela conquista e posse da terra. Ou seja, ganhar o lote, estabelecer moradia e plantar junto com a família.

Em poucas palavras, considerando os limites e as potencialidades do Assentamento Lagoa do Capim, percebeu-se que as famílias ali assentadas têm sua estratégia de reprodução social baseada em três frentes. A primeira delas é a agricultura, fundamental no fornecimento de produção para autoconsumo e, em determinadas ocasiões, gerando excedente para a comercialização. Em seguida, destaca-se a prática de atividades em outros setores da economia, como o comércio e a prestação de serviços, representando fontes extras de renda para as famílias. Por fim, ressalta-se a importância do acesso a programas sociais, o que complementa a renda dos assentados. A associação entre esses três mecanismos configurou-se, de uma forma geral, como a principal estratégia socioeconômica desenvolvida no Assentamento Lagoa do Capim, realidade que pode/deve estar sendo reproduzida em outras áreas onde predomina a agricultura familiar e, em especial, nos assentamentos de reforma agrária do estado do Ceará.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Assentamentos em debate** / coordenação: FRANÇA, C. G.; SPAROVEK, G. Colaboradores BUAINAIN, A. M. et al. -- Brasília: NEAD, 2005.l
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301).
- BRASIL. INCRA. **Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária**, Brasília, dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/3330>>. Acesso em: agosto 2018.
- BRASIL. Norma de Execução nº 45, de 25 de agosto de 2005. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Diário Oficial da **República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 agosto 2005. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/atos-internos/normas/ne_45_250805.pdf>. Acesso em: 15 julho 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. **Previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm> Acesso em: 5 junho 2018.
- BRASIL. Presidência da República. **Dá nova redação ao inciso I do art. 1º do Decreto de 21 de dezembro de 2006**, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 12 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11502.htm>. Acesso em: 5 julho 2018.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. 251 p.
- BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CARNEIRO, M. J. **Juventude rural e novas mentalidades no cenário rural**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**/Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.564p.: il., mapas
- CARVALHO, H. M. de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de**

identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária. Curitiba: NEAD, 1999

DIAS, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: Uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ates”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.

IBGE. Ceará. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/37/30255?tipo=ranking&localidade1=231260&ano=2010>>. Acesso em: 15 agosto 2018.

IBGE. Brasil. Ceará. **São Luís do Curu**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sao-luis-do-curu/panorama>>. Acesso em: 15 julho 2018.

INCRA. **Assentamentos**. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 04 set. 2018.

INCRA. **Qual é a diferença entre módulo rural e módulo fiscal?** 2008. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/qual-e-a-diferenca-entre-modulo-rural-e-modulo-fiscal>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural: Índices básicos de 2013**. 2013. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

IPECE. Produtos. **Ceará em mapas**. Aspectos Econômicos. Agropecuária. Atividades Econômicas. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo5/51/512/index.htm>>. Acesso em: 25 set. 2018.

IPECE. Produtos. **Ceará em mapas**. Aspectos Econômicos. Agropecuária. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo5/51.htm>>.

IPECE. Produtos. **Perfil Municipal 2017**. São Luís do Curu. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2018/09/Sao_Luis_do_Curu_2017.pdf>. Acesso em: 15 agosto 2018.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD, 6).

LEITE, S.; MEDEIROS, L. S. de. (Org.). **Assentamentos Rurais: Mudança Social e**

Dinâmica Regional; Rio de Janeiro: Mauad, 2004

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MEDEIROS, L. S.; SOUZA, I. C.; ALENTEJANO, P. R. **Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais**: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, R.J.; CARVALHO, L. C. C. Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. 316 p. p.179-204.

MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARTINS, J. S. **O sujeito da reforma agrária**: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, J. S. (Coord.). Travessias: estudo sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 294 p.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - Lutas e Conquistas. **Reforma Agrária**: Por Justiça Social e Soberania Popular. 2a edição, Janeiro de 2010. 54p.

NASCIMENTO, R. S.; TEIXEIRA, Z. A. **Diagnóstico dos Assentamentos Lagoa do Capim e São José II**. Relatório apresentado na disciplina de Extensão Rural/Curso de Agronomia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2018.

NEVES, D. P. **Assentamento rural**: confluência de formas de inserção social. Estudos Sociedade e Agricultura, 13, outubro 1999: 5-28.

PNUD. BRASIL. IDHM Municípios 2000. **Ranking IDHM Municípios 2010**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em: 25 set. 2018

ROSA, M. C. **Ocupações de terra**. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SALVADOR, M. B. L. **O Saber Popular e Autonomia nos Assentamentos Rurais**. Fortaleza: UFC, 1998. 195p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=Cc-3k1DOeFMC&pg=PA2&lpg=PA2&dq=-+Marilea+Borges+De+Lima&source=bl&ots=ftnYt7X4dn&sig=z6YWm9vCcHC4gXPF Gx4aUvfF08&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwjTm9fhIqXdAhUJgJAKHTaGDm8Q6AEwBXoECAUQAQ#v=onepage&q=%20Marilea%20Borges%20De%20Lima&f=false>>. Acesso em: 07 set. 2018.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Editora Penso, 2013.

SANTOS, L. F. A.; LIMA, G. K. A. **Diagnóstico dos Assentamentos Lagoa do Capim e São José II**. Relatório apresentado na disciplina de Extensão Rural/Curso de Agronomia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2018.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. **Serie Foro**, v.1, p. 132-161, 2009a.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b. 258 p.

SILVA, A. P.; LIMA, F. A. X. ; JOTA, T. A. F. **Assistência Técnica e Extensão Rural: Análise do Programa Garantia Safra em Santa Cruz da Baixa Verde – PE**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 54., 2016, Alagoas. Anais... Alagoas: UFAL, 2016.

SOARES, F. M. Paisagem e Paisagens: Uso e Ocupação da Terra na Bacia do Rio Curu/CE. Mercator - **Revista de Geografia da UFC**, ano 01, número 02, 2002.

SPAROVEK, G. et al. **Análise territorial da produção nos assentamentos** / coordenador Sparovek, G.; Alberto G. O. Pereira Barretto. Rodrigo Fernando Maule. Sérgio Paganini Martins. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário : NEAD, 2005. 71 p.;

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p.42-61, out. 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS AGRICULTORES DOS ASSENTAMENTOS

Dados do entrevistado

- 1) Nome: _____
2) Idade: _____ 3) Escolaridade: _____
4) Localidade: _____

a) Identificação e caracterização do núcleo familiar

- 1 - Quantas pessoas residem na propriedade? Quem são? Sexo, idade, escolaridade e a ocupação de cada um (tempo nas atividades agrícolas e não agrícolas).
2 – Alguém na família recebe algum benefício social? Aposentadoria?
3 – Caso tenha jovens, quais as suas perspectivas em relação às atividades agropecuárias e ao assentamento? Deseja permanecer? Trabalhar fora? Por quê?
4 – Após a chegada ao assentamento, ocorreu alguma mudança na dinâmica familiar? Inclusão de jovens ou mulheres nas etapas da produção, por exemplo.
5 – De onde vem a água consumida e a energia elétrica?
6 – Qual o tamanho do lote? Fale sobre a sua produção agrícola. É para autoconsumo? Comercializa excedentes? Onde?

b) Movimentos sociais

- 7 – Algum membro da família fez ou faz parte de algum movimento social? Qual? Como foi essa inserção?
8 – Conte a sua história na luta pela terra. Como começou? Quais as principais dificuldades enfrentadas?
9 – Quais as dinâmicas e estratégias utilizadas pelo grupo para a sua organização? Quais as vantagens por fazer parte do movimento? Destaque as conquistas alcançadas.

c) Agricultura familiar e desenvolvimento rural

- 10 - Qual a identidade adotada pelo agricultor? Agricultor familiar? Sem terra? Pequeno produtor? Assentado?

11 – Conte a sua trajetória e sua relação com a agricultura. Sempre trabalhou no meio rural? É de origem urbana ou rural? Já foi trabalhador assalariado? Trabalhou para a grande propriedade?

12 – O que mudou desde a entrada no assentamento? Acessou alguma política pública voltada para o meio rural? Quais?

d) Novas ruralidades

13- Qual a importância da agricultura para a sua família? É dessa atividade que vem a maior parte da renda familiar?

14 - Em sua opinião, quais as funções principais da agricultura para o meio rural e para a sociedade?

15 – Sobre as atividades não agrícolas, qual a importância delas para a sua família?

16 – Caso desenvolva alguma atividade não agrícola no núcleo familiar ou fora dele, se considera agricultor mesmo assim?

e) Outras questões relevantes

17 – Como são conduzidos os seus sistemas produtivos? Utilizam agrotóxicos? Outros insumos? Fale sobre isso.

18 – Caso não seja convencional, que modelo de agricultura é praticado? Comercializa os produtos dessa produção? Onde?

19 – Já ouviu falar sobre Agroecologia ou produção orgânica? Onde e o que exatamente? Que práticas sustentáveis são realizadas na sua propriedade e no assentamento?

20 – Faz parte de alguma organização social (associação, sindicatos ou cooperativas)? Qual a importância ou vantagens por fazer parte dessas organizações?

21 – Qual o papel da mulher na propriedade? Existe o reconhecimento da importância da mulher nas etapas da produção?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA UPAS/ SISTEMAS DE PRODUÇÃO

**QUESTIONÁRIO PARA
UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA
(SISTEMAS DE PRODUÇÃO)**

Localidade..... Código de Área.....

A - Identificação da Moradia

1 - Identificação do Núcleo Familiar (moradores)

<i>Nome/Grau de Parentesco</i>	<i>Sexo</i>	<i>Idade</i>	<i>Escola</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Tempo p/ Ativ. Agric. na UPA</i>	<i>Tempo p/ Ativ. Não Agric.</i>

Grau de Parentesco: 1. O próprio; 2. Cônjuge; 3. Filhos; 4. Netos; 5. Pais; 6. Avó; 7. Dependentes; 8. Enteado; 9. Sobrinho.

Escolaridade: 1. Analfabeto; 2. 1º Grau Incompleto; 3. 1º Grau Completo; 4. Seg. Grau Incompleto;

5. Seg. Grau Completo; 6. Superior; 7. Não Alfabetizado;

Ocupação: 1. Agricultor; 2. Assalariado Agrícola Permanente; 3. Assalariado Agrícola Temporário; 4. Do Lar; 5. Estudante; 6. Aposentado;

7. Emprego Doméstico; 8. Construção Civil; 9. Professor; 10. Funcionário Público; 11. Comerciarío; 12.. Comerciante;

12. Outro _____

Tempo dedicado para atividades agrícolas e não-agrícolas: 1. Tempo Integral 2. Metade do tempo 3. Eventual 4. Nenhum

2 – Benefícios sociais: () Bolsa Família; () Benefício de Prestação Continuada; () Outro (____)

3 - Associações:

() Clube de Troca de experiência.....

() Condomínio/associação agropecuária.....

() Cooperativa de produção/comercialização.....

- Cooperativa de Crédito Cooperativa de Eletrificação Rural
 Sind. Dos Trab. Rurais Sind. Rural/ Associação Rural

Outros.....

- 4 - Eletrificação Rural** Rede Pública Gerador Sem eletrificação
 Outros.....

5 - Água consumida na Moradia

- Rede pública (Cagece / SAAE / SISAR) Rede Comunitária Vertente
 Poço Comum

- Poço Artesiano Arroio Açude

- 6 - Telefonia Rural:** 1. Linha 2. Celular 3. Comunitária 4. Rádio
 Não

- 7 - Atividade Produtiva Agrícola:** Comercial Auto-consumo

- **Tamanho da Propriedade**.....

- **Dono do Imóvel (caso de Agregado/empregado)**.....

8 – Distância da sede do município:.....Km.

B - Identificação da Unidade de Produção

- 1 - Residência:** no imóvel urbana ambas

2 - Tipo de Unidade de Produção:

1. Própria/Individual
 2. Posse
 3. Arrendada – Nome do dono da

Terra.....

4. Sociedade (meeiro/sócio) - Nome do dono da

Terra.....

5. Parceria Familiar (exploração conjunta) – Nomes dos Sócios

.....

6. Concessão de uso

3 - Forma de financiamento agrícola adotada:

1. Créditos do Incra 2. Crédito agrícola federal 3. Troca-troca 4.

Empréstimo bancários

5. Pessoas físicas 6. Firmas 7. Crédito estadual 8. Fundo
 municipal 9. Não utiliza

4 - Assistência Técnica

Instituições Responsáveis:.....

Tipo: () Agronômica () Veterinária () Geral

Freqüência: () Anual () Semestral () Mensal () Esporádica
 () Sem Assistência

5 - Quadro das Terras que compõem a Unidade de Produção

Tamanho (ha)	Largura (Metros)	Distância da Sede	Área Mato Nativo	Área Reflorestada	Área de capoeira	Área de Aluvião	Forma Registro INCRA

Registro no INCRA: 1- Imóvel individual (no nome de um só proprietário)

2 – Imóvel registrado em condomínio (em nome de vários)

Área de Barragem/Açudes:.....

6 - Quadro das Principais Benfeitorias (galpão, estufa, secador, silos)

<i>Benfeitoria</i>	<i>Padrão</i>	<i>M²; m</i>	<i>Ano de construção</i>

Padrão: 1 - Madeira; 2 - Alvenaria; 3 - Metálico; 4 - Misto

7 - Principais Máquinas: Trator, Automotriz, Caminhão (Próprio e em Parceria)

<i>Tipo</i>	<i>Modelo</i>	<i>Ano</i>	<i>Proporção Própria*</i>

* Proporção relacionada ao número de sócios (Para 5 sócios de um trator a proporção é 1/5).

8 - Prestação de Serviços Fora da Propriedade (Plantio, Colheita, Secagem, Transporte)

<i>Serviço (Plantio, colheita, Secagem)</i>	<i>Atividade (Roça, Milho, Feijão)</i>	<i>Quantidade (Sacos, ha)</i>	<i>Valor Cobrado (%; Sacos; R\$)</i>

9 - Quadro da Mão de Obra Contratada

<i>Quantidade</i>	<i>Função na Propriedade</i>	<i>Tempo Dedicado*</i>

* Permanente ou Quantidade de meses dedicados à Propriedade

10 – Produção Vegetal (anual)

	Plantio: Kg /Sc/Pés	Área Plantada	Produção Total	Produção Comercializada	Número de Lavouras
Roça					
Milho					
Feijão					

OBS: Ver também Fruticultura (Banana/Uva/Laranja) e Hortigranjeiros

11 – Produção animal**Animais de Serviço**

Espécie	<i>Bois</i>	<i>Eqüinos</i>	<i>Muares</i>
Quantidade			

Bovino Leite

Rebanho (cab)	Produção Litros/dia	Silagem (ha)	Litros /dia Comercializados	Inseminação o Artificial	Ordenha Mecânica

Bovino Corte

Rebanho	Sistema de criação	Pastagem (ha)	I.A	Produção Comercializada Cabeças/ano

* **Sistema de Criação:** 1- criador ou recria 2- invernador 3- ciclo completo

Suínos

Sistema de Criação	Nº Matrizes ou Nº Cabeças	Produção (kg/ano) Comercializada	Milho Comprado/ano	Concentrado Comprado/ano

Sistema de criação segundo a finalidade: Terminação **I**; Produção de Leitões **PL**; Ciclo Completo **CC**

Aves

Finalidade Corte/postura/outras	Produção (Kg) Comercializada /ano	Ovos (dz) Comércio/ano

Peixes

Espécies	Finalidade	Produção (Kg) Comercializada/ano

Finalidade: 1- Venda de adultos; 2- Venda de Alevinos; 3- Pesque-pague; 4- Autoconsumo

	Rebanho (cab)	Produção (kg/ano)	
		Lã	Carne
Ovinos			
Caprinos			

	Colmeias (cxs)	Kg Mel/ano
Abelhas		

12 – Agroindústria Caseira

Produto	Quantidade anual Comercializada	Tipo de Comercialização	Preço Unitário Recebido

Produtos: Salames, Queijos, Vinho, Aguardente, Geléias, Cucas, doces, polpas, etc.

Tipo de Comercialização: 1- Na propriedade; 2- Feira livre; 3- Atravessador; 4- Outros

12 - Atividades não-agrícolas na unidade de produção

<i>Indivíduo</i>	Atividade	Remuneração/Valor	Tempo dedicado

Nome: Da pessoa que exerce a atividade.

Atividade: 1. Artesanato; 2. Turismo; 3. Terceirização a domicílio; 4.

Outra: _____

Remuneração: 1. Assalariada; 2. Diarista; 3. Por hora; 4. Por peça; 5.

Outra: _____

Valor: Reais por unidade de forma de remuneração

Tempo Dedicado: Número de horas semanais dedicados à atividade.

Observações Gerais

FUNCIONAMENTO DA PROPRIEDADE

1 - A GESTÃO DA ÁREA

1.1) - Croqui da Área

Desenhar um mapa da propriedade com descrição das áreas de lavoura, pastagens nativas, mato, açude, sede, etc.. Não é necessário usar escala como referência, mas que contenha a indicação da área (ha) de cada espaço ocupado.

2- ITINERÁRIOS TÉCNICOS DA PRODUÇÃO VEGETAL

2.1 - Manejo do solo para o plantio

ATIVIDADE			
Área cultivada			
Época do preparo			
Nº de arações			
Nº de escarificações			
Nº gradagens			
Outros			
Destino da cultura anterior			
Gasto aprox. de Combustível			

- Se a operação foi realizada por cooperação ou por terceiros, especificar a forma de cooperação ou qual o valor e forma de pagamento?

2.2 - Reposição da Fertilidade

ATIVIDADE									
	Produto	Quant.	área	Produto	Quant.	área	Produto	Quant.	área
NPK									
P									
K									
N									
Bagana									
Outras									

- Se a operação foi realizada por cooperação ou por terceiros, especificar a forma de cooperação ou qual o valor e forma de pagamento?

2.3 - Semeadura

ATIVIDADE			
Data de semeadura			
Variedades			
Densidade			
Tipo de semeadura			
Tempo gasto			
Combustível			

- Se a operação foi realizada por cooperação ou por terceiros, especificar a forma de cooperação ou qual o valor e forma de pagamento?

- A semente utilizada é própria, foi comprada ou disponibilizada por programas governamentais?

2.4 - Controle Fitossanitário

ATIVIDADE									
	produto	dose	nº aplic	produto	dose	nº.	produto	dose	nº
INSETICIDAS									
FUNGICIDAS									
HERBICIDAS									

- Se a operação foi realizada por cooperação ou por terceiros, especificar a forma de cooperação ou qual o valor e forma de pagamento?

2.5 - Controle Mecânico de Inços.

ATIVIDADE						
	Número	tempo(dias)	Número	tempo/	Número	tempo/
Capina mecânica						
Capina manual						

- Se a operação foi realizada por cooperação ou por terceiros, especificar a forma de cooperação ou qual o valor e forma de pagamento?

2.6 – Outras operações realizadas nas atividades

ATIVIDADE			
Operação			
Tipo			
Tempo gasto			
Combustível			
Data da operação			

- Se a operação foi realizada por cooperação ou por terceiros, especificar a forma de

cooperação ou qual o valor e forma de pagamento?

2.6 - Colheita

ATIVIDADE			
Tipo			
Tempo gasto			
Combustível			
Data da operação			

- Se a operação foi realizada por cooperação ou por terceiros, especificar a forma de cooperação ou qual o valor e forma de pagamento?

- Como foi feito e qual o valor pago com o transporte do produto?

2.7 - Produção

Atividade	Área de plantio		Produção total		Produtividade	
	Última Safra	Média Hist	Última Safra	Média Hist	Última Safra	Média Hist

3. ITINERÁRIO TÉCNICO DA PRODUÇÃO ANIMAL

3.1. CRIAÇÃO LEITEIRA

3.1.1. Rebanho

Informação	Quantidade
Vacas em lactação	
Vacas secas	
Total de vacas	
Novilhas	
Terneiras	
Terneiros	
Descarte médio anual	
Descarte deste ano	
Touros	

3.1.2. Alimentação do Rebanho

RAÇÃO CASEIRA E/OU INDUSTRIALIZADA

Especificação/formulação (quantidade dos componentes)	Quantidade comprada (dos componentes)	Quantidade Fornecida por animal	Categorias privilegiadas

Qual o tempo gasto (Diário ou mensal) para a confecção da ração?

Manejo das Pastagens

Custo Operacional				
Áreas em ha				
Sementes ou mudas/ha				
<i>comprada</i>				
<i>Própria</i>				
Fertilizantes: <i>Tipo 1:</i>				
<i>Tipo 2:</i>				
Correção do Solo				
Tipo de Preparo/tempo				
Combustível aprox.				
Data dos pastejos				
Lotação				
Categorias Privilegiadas				
Tipo de Colheita/tempo				

3.1.5. Manejo Sanitário do Rebanho

Informações A coletar	OPERAÇÕES REALIZADAS				
	Vermicida	Carrapaticid a	Vacinas	Controle mamite	Outros desinfetantes
Época de aplicação					
Animais medicados (categoria)					

Produto utilizado					
Dosagem utilizada por animal					
Quantidade utilizada por ano					

3.1.6. Produção Física

Número Médio vl/ano	Produção Média mensal	Produção Vaca/dia	Destino da produção		
			P/terneiros	Consumo	Comercialização

- QUADRO DA PRODUÇÃO MENSAL NO ANO PRODUTIVO

	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M
L / MÊS												
Vacas em lactação												

A- Qual a produção de carne bovina que é consumida pela família e comercializada por ano?

B- Qual a produção de queijos que é consumida pela família e comercializada por ano?

C- Qual o tempo necessário para o manejo de gado leiteiro para que uma pessoa execute? (Compreendendo todas atividades de deslocamento dos animais, ordenha alimentação, limpeza de equipamentos e instalações, etc.)

3.2- BOVINOCULTURA DE CORTE

3.2.1 - Área Utilizada:

Glebas/Invernadas	Área Própria	Arrendada	Em Parceria	Total

Forma e quantidade do Pagamento do Arrendamento

3.2.3-Quadro descritivo de formação de pastagem.

Custo Operacional	Espécie I	Espécie II	Espécie III	Espécie IV
Sementes ou mudas/ha				
<i>comprada</i>				
<i>Própria</i>				
Fertilizantes:				
<i>Tipo 1:</i>				
<i>Tipo 2:</i>				
<i>Tipo 3:</i>				
Correção do Solo				
Tipo de Preparo/tempo				
Tipo de Colheita/tempo				
Outros insumos:				

3.2.5 -Caracterização/Comercialização Do Rebanho

CLASSES DE ANIMAIS	Número Animais	Consumidos na UPA	Comercializados	
			P/ Abate	P/ Gado Geral
Novilhos + 3 anos				
Novilhos 3 anos				
Novilhos 2 anos				
Terneiros + 1 ano				
Terneiros - 1 ano				
Terneiras - 1 ano				
Terneiras + 1 ano				
Novilhas 2 anos				
Novilhas 3 anos				
Vacas				
Touros				
Bois Mansos				
TOTAL				

3.2.9 - Tratamentos

Produto	Nome Comercial	Freqüência	Quant. Administrada	Classe do animal
Sal Comum				
Sal Mineral				
Suplemento				
Vacinas				
Vermífugos				
Carrapaticidas				
Vitaminas				
Rev.Orgânico				
Sal Comum				
Sal Mineral				
Suplemento				
Vacinas				
Vermífugos				
Carrapaticidas				
Vitaminas				
Rev.Orgânico				
Sal Comum				
Sal Mineral				
Suplemento				
Vacinas				
Vermífugos				
Carrapaticidas				
Vitaminas				
Rev.Orgânico				
Sal Comum				
Sal Mineral				
Suplemento				
Vacinas				
Vermífugos				
Carrapaticidas				
Vitaminas				
Rev.Orgânico				
Sal Comum				
Sal Mineral				
Suplemento				
Vacinas				
Vermífugos				
Carrapaticidas				
Vitaminas				
Rev.Orgânico				

4. GESTÃO FINANCEIRA

Objeto financiado*	Data do financiamento	Período do financiamento	Custo anual do financiamento	Agente financiador

IV- A TRAJETÓRIA DA UPA E OS OBJETIVOS DO AGRICULTOR

1 - Tamanho da UPA (terra)

- Quanto, de que forma e quando a propriedade alterou sua quantidade de terra (tamanho da UPA)?
- Quais são os planos do produtor em relação ao tamanho de sua UPA? (aumentar, diminuir) Por quê?

2. Família

- Registrar as modificações que ocorreram com a família (como iniciou, filhos que foram embora da propriedade, etc.)
- Quais são as perspectivas em relação à família? (Aumentar, diminuir) Os filhos vão continuar na atividade? E a sucessão da UPA?

3. Combinação das produções

- Quais as produções realizadas na propriedade ao longo de sua história? (salientar os momentos de início e fim das atividades, e os motivos de sua introdução ou abandono).
- Quais são os planos futuros do produtor em relação as suas produções (atividades produtivas)?

4. Evolução das máquinas, Equipamentos e Instalações.

- Quando e como foram adquiridos e construídos ao longo da sua história?
- Quais são os planos futuros do produtor em relação às máquinas, equipamentos e instalações?

5. Se o produtor tivesse condições, que tipo de investimento faria em sua UPA?

APÊNDICE C– ROTEIRO DE ENTREVISTAS ASSENTAMENTO (OUTUBRO 2018)

Bloco 1 – Perfil das famílias assentadas

Quem são as famílias? Falar sobre seu histórico e chegada ao assentamento.

São ligados a movimentos sociais? Qual?

Já eram agricultores? São de origem rural ou urbana?

Quantos membros na família? Quantos trabalham na agricultura? Presença de jovens e mulheres?

Recebem benefícios sociais? Aposentadoria? Acessam alguma política pública?

Renda familiar? De onde vem essa renda? Comercializam algum produto? Onde?

Quais as vantagens e dificuldades na vida no assentamento? Fale sobre isso.

Bloco 2 – Atividades agrícolas e não agrícolas

Quais as principais atividades agrícolas e não agrícolas desempenhadas pelos membros das famílias?

Em quais setores ou ramos da economia? Como é dividido o tempo destinado a cada atividade pela família?

Desenvolve atividade agrícola só no estabelecimento ou fora dele? Onde? Que atividades?

De onde vem a maior parte da renda familiar? Da atividade agrícola ou não agrícola?

Qual a importância das atividades para os membros das famílias?

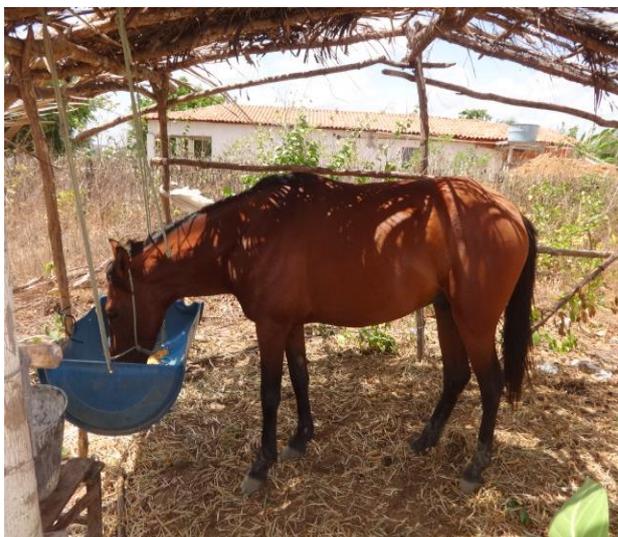
Bloco 3 – Limites e potencialidades

Quais as principais dificuldades no trabalho na agricultura? Por quê?

Quais os pontos positivos em se trabalhar na agricultura? Por quê?

Quais as dificuldades ou vantagens da atividade não agrícola? Fale sobre elas.

Se pudesse, dedicaria mais tempo a alguma atividade? Quais e Por quê?

APÊNDICE D- FOTOS DO ASSENTAMENTO LAGOA DO CAPIM

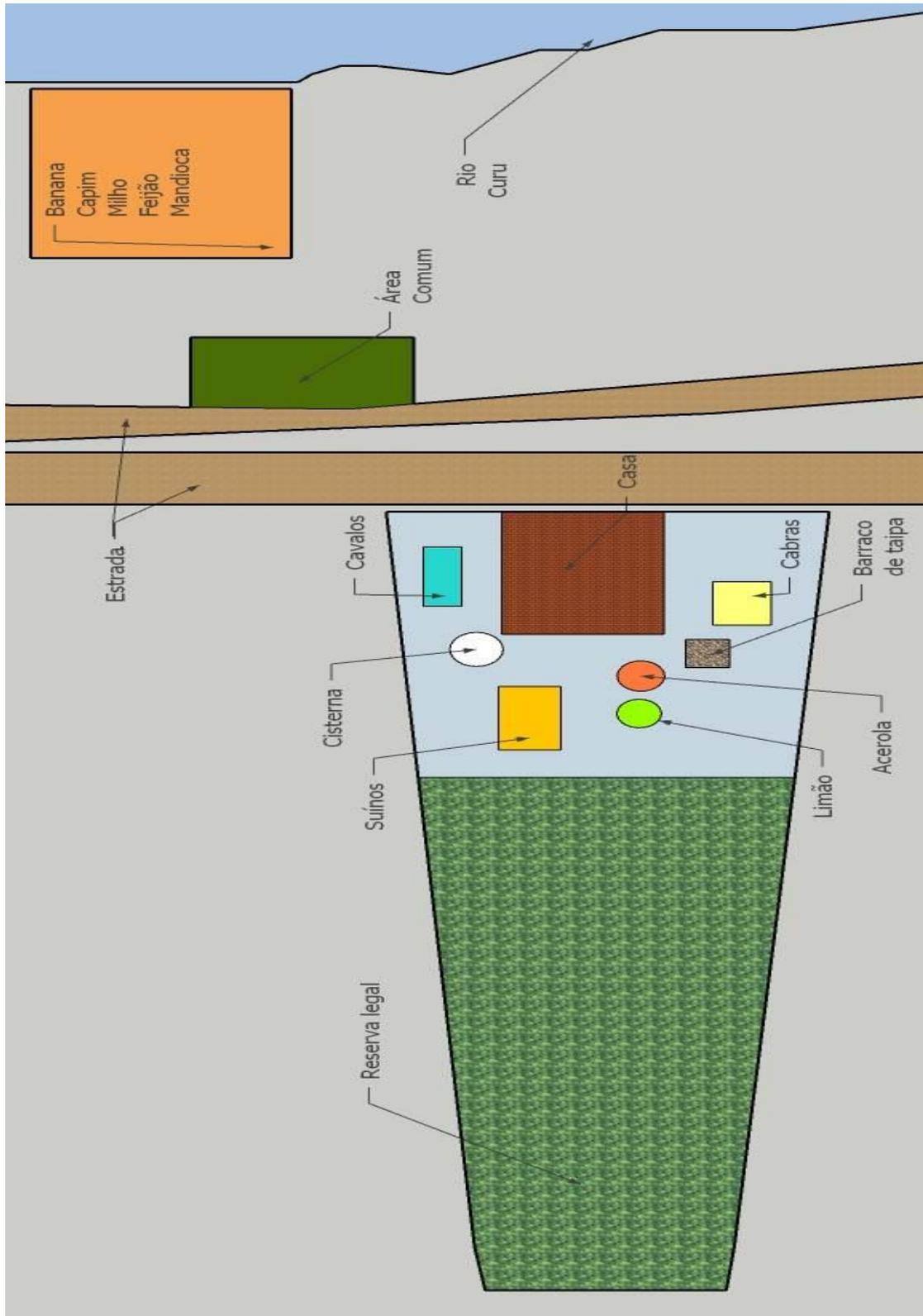
Fonte: Pesquisa de campo (2018).

APÊNDICE E- FOTOS DO ASSENTAMENTO LAGOA DO CAPIM

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

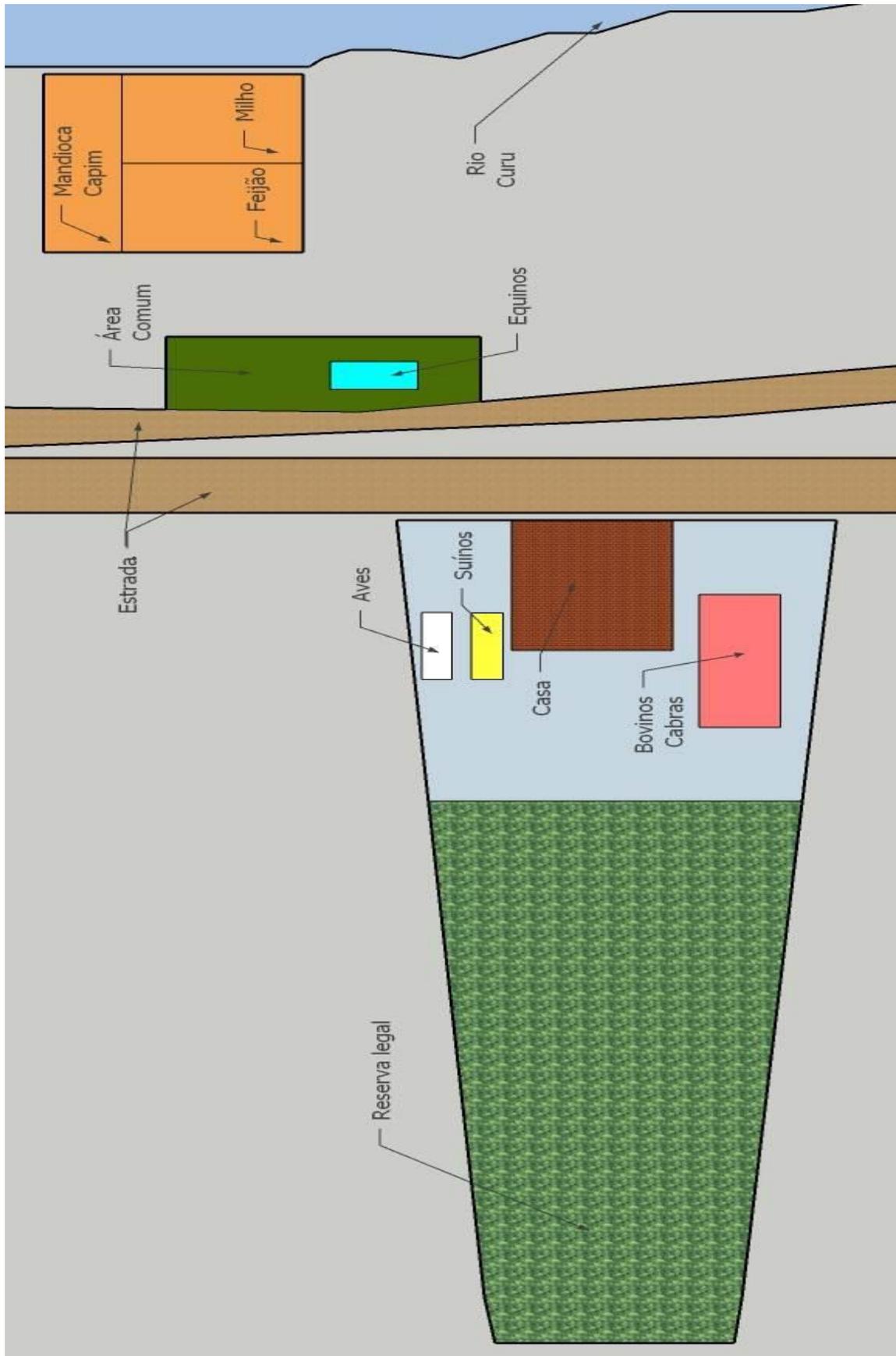
ANEXOS

ANEXO A – CROQUI DA UPA1 DO LAGOA DO CAPIM



Fonte: Elaborado por Nascimento e Teixeira (2018).

ANEXO B – CROQUI DA UPA2 DO LAGOA DO CAPIM



Fonte: Elaborado por Nascimento e Teixeira (2018).